

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública
Ano 1 — nº 2 — julho — 2017



SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

Uma revolução silenciosa na
Administração Pública

PERIGOS DIGITAIS

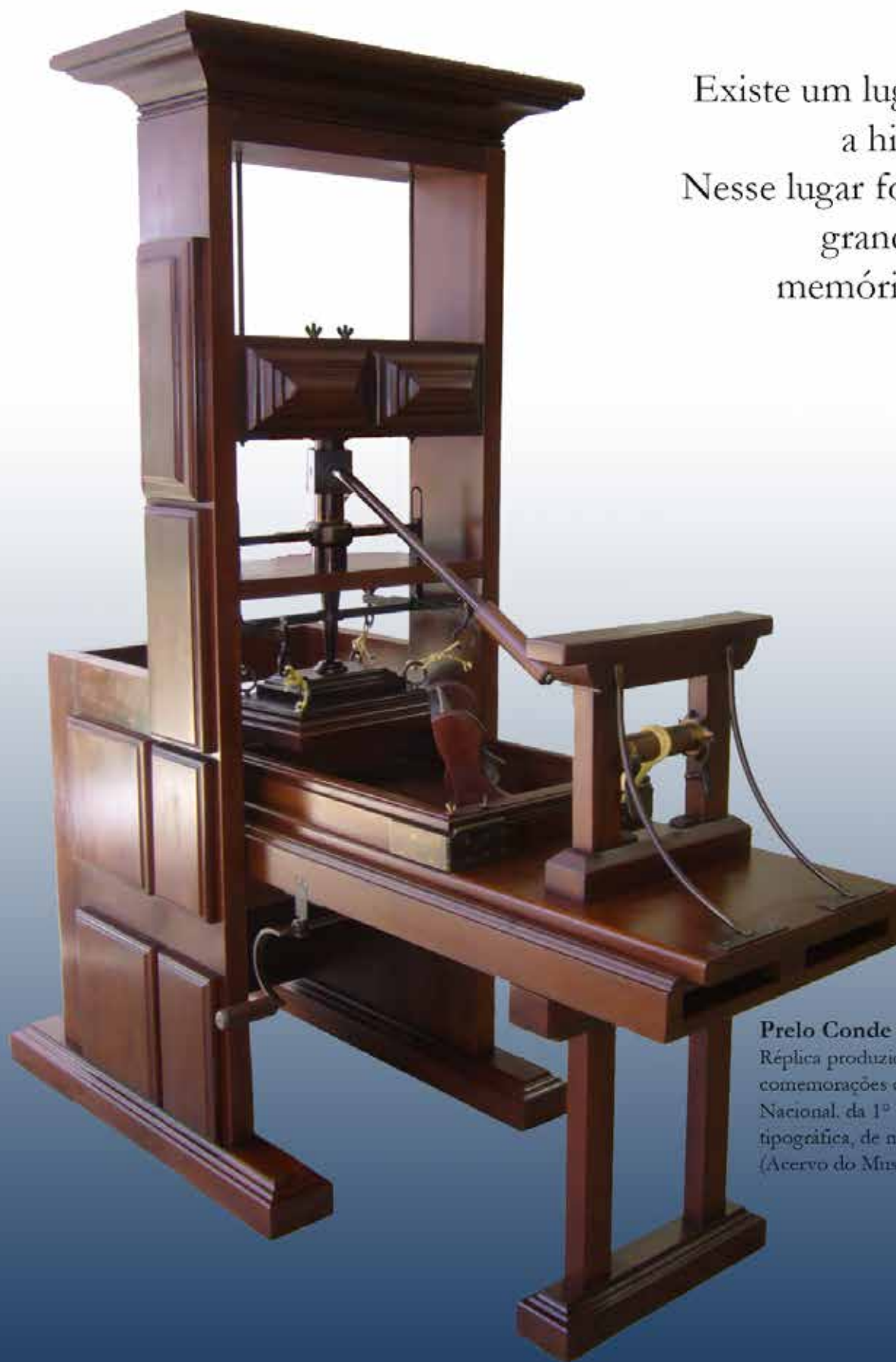
O lado sombrio e ameaçador das redes

MACHADIANDO

Entrevista com
Silviano Santiago

VISITE O MUSEU DA IMPRENSA

Existe um lugar em que
a história vive.
Nesse lugar foi impressa
grande parte da
memória nacional.



Prelo Conde da Barca

Réplica produzida em 2008 para as comemorações dos 200 anos da Imprensa Nacional, da 1ª Máquina de impressão tipográfica, de madeira e bronze. (Acervo do Museu da Imprensa)

MUSEU DA IMPRENSA

Aberto de segunda a sexta-feira (8h às 18h)

(61) 3441-9618 | (61) 3441-9680

museudaimpresa@in.gov.br | <http://portal.in.gov.br/museu> | SIG, Quadra 6, Lote 800 - CEP: 70610-460 - Brasília (DF) - Brasil

DECRETO — DE 13 DE MAIO DE 1808

CREA A IMPRESSÃO REGIA

Tendo-Me constado, que os Prêlos que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo à necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou Servido, que a Casa, onde elles se estabelecerão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço, e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Meo Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra o tem por seu Deputado e procurará dar ao estabelecimento a maior extensão, e lhe dará as Ordens necessarias para se entregar ao Meu Conselho de Estado, em 13 de Janeiro, em 1808, e oito



Há 209 anos os atos oficiais do
Estado brasileiro ganham vida
na Imprensa Nacional

IMPRENSA NACIONAL
Novos Rumos da Comunicação Pública

Revista da Imprensa Nacional
(Instituída pela Portaria nº 103, de 15 de maio de 2017)

Diretor-Geral: Pedro Bertone
Editor: Cristóvão de Melo
Copidesque: Rogério Ribeiro Lyra

REDAÇÃO:

Cristóvão de Melo
Ezequiel Marques Boaventura
Pedro Paulo Tavares de Oliveira
Rogério Lyra
Ana Paula Rodrigues Figueiró (estagiária)

SECRETÁRIA

Vânia Maria Pinto

REVISÃO:

Dermeval Fernandes Dantas

ARTE E DIAGRAMAÇÃO:

Cláudio de Souza

ILUSTRAÇÕES:

Cláudio de Souza (pág. 46)

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

Imprensa Nacional – Assessoria de
Comunicação – SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF, 70610-460
E-MAIL:
ascom@in.gov.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de
exclusiva e de inteira responsabilidade dos
autores, não exprimindo, necessariamente, o
ponto de vista da Imprensa Nacional, ou da
Casa Civil da Presidência da República.

É permitida a reprodução da revista,
desde que citada a fonte.

IMPRENSA NACIONAL – Novos Rumos da
Comunicação Pública ISSN 2526-6039 é
uma publicação produzida pela Assessoria de
Comunicação da Imprensa Nacional.



<http://www.in.gov.br>

Carta ao Leitor

Depois da tensão da estreia,

a revista *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública* entra em velocidade de cruzeiro. Quando apresentamos nosso projeto editorial, com nosso foco voltado para temas mais abrangentes da comunicação pública, surgiram questionamentos a respeito da necessidade de contemplar assuntos domésticos (como seria comum em um típico *house organ*). Atendendo a este propósito, esta edição registra a participação de três ex-funcionários da Casa. Para começar, em Alma Gráfica, contamos a história de Seu Leo, tipógrafo de carreira que mantém na Cidade Ocidental – GO, no entorno de Brasília, uma das últimas linotipias ainda em atividade no Brasil. A saga da transferência da impressora rotativa Marinoni do Rio de Janeiro até a nova capital federal foi contada em detalhes pelo jornalista aposentado José Vivaldino Carvalho Bernardes em 2010, em reportagem atualizada pela equipe de *Imprensa Nacional*. Impressora que, hoje, aposentada da labuta diária da produção do *DOU*, orna os jardins frontais da Imprensa Nacional, brindando o olhar de funcionários e visitantes com sua imponência e história. E, finalmente, em homenagem ao nosso Patrono, Joaquim Maria Machado de Assis, apresentamos uma crônica escrita pelo também jornalista e funcionário aposentado José Edmar.

O aniversário de 209 anos da Imprensa Nacional (IN) mereceu intensa agenda no último mês de maio. Na ocasião, foi inaugurada a Biblioteca Digital, projeto que pretende preservar nosso acervo e permitir ao público um acesso mais fácil e ágil. Além disso, houve o lançamento de nossa revista, também em formato PDF, no portal da IN. Veja a reportagem acerca dos eventos nesta edição, que ainda traz um artigo a respeito da *Impressão Régia*, da historiadora Angélica Ricci Camargo, do Arquivo Nacional.

Se saber é poder, para fazer valer a Constituição Federal, a transparência dos atos públicos deve ser condição primordial da cidadania. Completando seis anos, a Lei de Acesso à Informação é tema de reportagem a respeito de como os agentes públicos têm ampliado os canais de informação com o cidadão. Ainda nessa seara, nossa matéria de capa aborda o *Sistema Eletrônico de Informações (SEI)*, que pretende revolucionar o acesso aos documentos públicos e agilizar os processos na administração pública.

Discreto vizinho, o Arquivo Nacional, com seus amplos corredores repletos de documentos históricos, que guardam boa parte da memória brasileira, é tema da série: *Arquivos abertos*, três reportagens que tratarão de assuntos de grande interesse midiático. Iniciamos, nesta edição, com o acervo documental reunido pela Comissão da Verdade, responsável pela apuração de fatos no período da Ditadura. Na edição subsequente, OVNI nos céus do Brasil e, na quarta edição, Portas Abertas: imigrantes. Assuntos como esses, muitas vezes, são de difícil abordagem, nem por isso devem ser omitidos. É o caso dos perigos que rondam os internautas em suas incursões pelos labirintos digitais. Jogos, desafios e manipulações põem em risco a vida de pessoas ingênuas ou fragilizadas nas redes sociais. É o tema da reportagem *Perigos digitais: alerta amarelo!*

Cuidar do meio ambiente é tema obrigatório em tempos de aquecimento global. Na matéria *Compromisso com o Planeta*, abordamos as ações socioambientais que órgãos do setor público estão adotando, com a Agenda A3P. Finalizando, como dizia Monteiro Lobato: um país se faz com homens e livros. Nesta edição, não poderia faltar nossa contribuição ao universo literário, por meio da entrevista exclusiva com o professor, pesquisador e escritor Silviano Santiago, que nos fala a respeito de sua mais recente obra *Machado*, misto de biografia, ensaio e romance.

Boa leitura!

Pedro Bertone – Diretor-Geral

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública

Ano 1 — nº 2 — julho — 2017

SEÇÕES

7 - SAIU NO *DOU* - Lei de Acesso à Informação: transparência ao alcance e todos

12 - ALMA GRÁFICA - A linotipia vive

23 - CLEPSIDRA - A saga da Marinoni

33 - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - Perigos digitais, alerta amarelo!

38 - CULTURA - Entrevista com Silviano Santiago

43 - MEIO AMBIENTE - Compromisso com o planeta

46 - CRÔNICA - Machado, rogai por nós!

DESTAQUES

17 - CAPA - SEI, uma revolução silenciosa (Rogério Lyra)

27 - REPORTAGEM ESPECIAL
Arquivos Abertos - MEMÓRIAS
DESVELADAS
(Pedro Paulo Tavares de Oliveira)

30 - REPORTAGEM - Imprensa Nacional comemora seus 209 anos
(Pedro Paulo Tavares de Oliveira)

36 - ARTIGO - Impressão Régia
(Angélica Ricci Camargo)

BOLETIM DAS EMPRESAS ESTATAIS

Número 2 • Período: 1º Trimestre de 2017

OS PRINCIPAIS DADOS DAS EMPRESAS FEDERAIS APRESENTADOS DE UMA MANEIRA RESUMIDA.

O Boletim das Empresas Estatais Federais é elaborado trimestralmente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O Boletim reúne dados das Empresas Estatais Federais constantes no Programa de Dispêndios Globais (PDG), no Orçamento de Investimento (OI), no Perfil de Pessoal das Estatais (PPE) e demais informações divulgadas pelas próprias empresas. Entre as fontes utilizadas gestão: o Sistema de Informação das Estatais (SIEST) e o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP).

Acesse o QRCode e baixe o Boletim.



MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**





Lei de Acesso à Informação: **transparência ao alcance de todos**

Por Ana Paula Figueiró

Há exatos cinco anos, o acesso a informações públicas no Brasil estava fora do alcance do cidadão comum. A veracidade das notícias replicadas na mídia ficava à mercê da ética dos veículos. Os documentos acerca de gastos, obras, propostas, leis e emendas eram ilustres desconhecidos da população. E a transparência dos fatos, na maioria das vezes, só chegava aos mais favorecidos. Tudo mudou após sanção da Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), publicada no Diário Oficial da União, em uma edição extra, no dia 18 de novembro de 2011 e, posteriormente, regulamentada pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Agora, todo cidadão pode acessar, diretamente, junto aos órgãos públicos, os dados de que precisa.

O direito de acesso à informação estava pendente desde a aprovação da Constituição Federal de 1988, embora já constasse na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Pacto de Direitos Civis e Políticos e nas Convenções Regionais de Direitos Humanos. A lei “regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal”. A LAI estabelece que “toda informação produzida ou custodiada por órgãos e entidades públicas é passível de ser ofertada ao cidadão, a não ser que esteja sujeita a restrições de acesso legalmente estabelecidas”.

Tramitação dos projetos

Em 2005, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão colegiado e consultivo vinculado à Controladoria-Geral da União (CGU) – hoje, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU (MTFC) –, iniciou as discussões a respeito do projeto de lei que levariam à LAI. Em 2006, a CGU apresentou o primeiro anteprojeto acerca do acesso à informação ao Conselho de Transparência.

Posteriormente às considerações da ONG Transparência Brasil, integrante do Fórum de Acesso, o Poder Executivo federal enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.228/2009 para iniciar a regulamentação ao acesso a informações públicas. Após a chegada do projeto à Câmara, criou-se uma comissão especial para avaliá-lo, juntamente com outras propostas semelhantes em tramitação naquele momento: os Projetos de Lei nº 219/2003, nº 1.019/2007 e nº 1.924/2007. O texto proposto pela comissão foi aprovado em regime de urgência no plenário da Câmara, em março de 2010 e, logo após, seguiu para o Senado.

O Senado reenumerou a proposta como PLC nº 21/2010. Mesmo estando em regime de urgência na Câmara dos Deputados, a pauta ficou parada, no Senado, de abril de 2010 até outubro de 2011. Nesse período, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Direitos Humanos e Participação Legislativa, e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovaram o parecer ao projeto de lei.

A partir da sua implementação, a lei obteve ampla repercussão na mídia. Porém, as informações acerca de como a população acessaria documentos e bases de dados confundiram muitas pessoas, gerando discussões a respeito da questão da transparência passiva e ativa e, principalmente, o sigilo de informações confidenciais.

Transparência ativa e passiva

A LAI trabalha em duas áreas. Quando os órgãos decidem divulgar informações de interesse coletivo por iniciativa própria, sem que exista alguma solicitação, há transparência ativa. É o caso da criação do campo específico “Acesso à Informação” nos sites dos órgãos e das entidades para divulgação das informações de interesse geral que, pela LAI, são de publicação obrigatória. E quando acontece de os órgãos serem demandados a apresentar as informações, por meio de solicitações da sociedade, ocorre a transparência passiva. Aqui, o exemplo é a implantação do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) na sede dos órgãos e das entidades, em local de fácil acesso e devidamente identificado.

Segundo o Diretor de Transparência e Controle Social do MTFC, Otávio Castro Neves, “a lei cria obrigações de transparência ativa, ou seja, dados que os órgãos precisam publicar proativamente”. Os comandos de obrigatoriedade são destinados à administração pública, mas a divulgação das informações parte de iniciativa própria, pois os órgãos ou as entidades têm a liberdade de avaliar e divulgar aquilo que é previsto por lei. “Informações a respeito de despesas, receitas, contratos e políticas públicas que são geridas pelos órgãos precisam constar de seus *websites*, independentemente de solicitação”, afirma o Diretor.

Para Otávio Neves, o Brasil dispunha de iniciativas como o portal da transparência e a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, que já criavam obrigações nesse sentido. Mas, segundo ele, não tinhamos uma solução para essa necessidade de o cidadão exigir um dado específico ainda não contemplado em nenhuma das publicações anteriores. “Isso é um direito que já estava previsto na Constituição, que, na prática, era pouco tangível”, afirma Otávio Neves.



Otávio Castro Neves, Diretor de Transparência e Controle Social do MTFC,



Sigilo

A LAI prevê exceções para alguns dados, como classificação de documentos considerados confidenciais. As classificações do sigilo são: ultrassecreto, secreto e reservado, e os prazos são, respectivamente, de 25, 15 e 5 anos. O sigilo serve para proteger informações como dados pessoais a respeito da intimidade dos servidores públicos ou documentos que podem trazer riscos à sociedade ou ao Estado.

As informações pessoais são de interesse privado, por esse motivo são protegidas. Nesse caso, a LAI determina a restrição de acesso pelo prazo máximo de 100 anos a partir da data de produção. As informações a respeito do Presidente, vice-presidente e familiares, são classificadas como reservadas para a proteção da integridade física deles. Em caso de reeleição, o sigilo é mantido até o fim do mandato, ou seja, no máximo 8 anos.

O ponto é considerado polêmico, pois a população começou a alegar que qualquer órgão poderia continuar com a “cultura do sigilo”, mediante o uso das exceções. Mas

vale lembrar que, no caso das informações sigilosas, elas devem ser classificadas, reavaliadas e divulgadas anualmente, em uma lista com as classificações de sigilo, por todos os órgãos e entidades públicos.

Mapa da lei

No portal do Governo Federal dedicado à LAI, os artigos e incisos da lei estão divididos por temas. Para conhecer cada regra é muito fácil, basta acessar o “mapa da lei” (Tabela 1), disponível no site www.acessoinformacao.gov.br. Alguns pontos são essenciais para a sociedade civil, como a abrangência da lei, a flexibilidade perante as informações e como proceder perante uma negação.

Quais são os órgãos afetados pela lei?

A lei é bastante abrangente. Cobre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, em todos os níveis da Federação. Otávio Neves acrescenta que a lei afeta até estatais e organizações não governamentais que recebem impostos públicos. Todas as entidades sem fins lucrativos, que recebem recursos diretamente

do orçamento ou por meio de doações, para a realização de projetos, ações e campanhas de interesse público, também estão sujeitas à lei.

A lei é flexível?

Segundo Otávio Neves, “a lei dá algumas flexibilidades em termos de regulamentação. Estados e municípios podem, em relação aos processos, ter algumas mudanças, mas o princípio fundamental da lei, que é tratar a informação como direito do cidadão, sendo a informação pública, vale para todos os níveis”.

E se a lei for descumprida?

O órgão ou a entidade tem 20 dias, prorrogáveis por mais 10, para responder à solicitação, ou seja, em até 30 dias, o cidadão deve receber a resposta. Se a resposta não chegar dentro do prazo legal, é possível apresentar uma reclamação diretamente no site. Nesses casos, o próprio sistema lembra ao órgão ou à entidade, que ele ou ela tem até cinco dias para responder. “A gente chama isso de omissão, quando o órgão não responde dentro do prazo. Hoje, corresponde a 0,3% dos casos, é muito baixo”, afirma Otávio Neves.

Tabela elaborada pelo MTFC apresenta os principais artigos da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, divididos por temas:

Tema	Onde encontrar
Abrangência da lei	arts. 1º e 2º
Garantias do direito de acesso/Diretrizes	arts. 3º, 5º e 6º
Definição de termos utilizados na Lei	art. 4º
Informações garantidas pela Lei	arts. 7º e 21
Divulgação proativa de informações/Transparência ativa	arts. 8º e 30
Procedimentos de acesso à informação	arts. 9º a 14
Prazos – Recebimento de respostas e interposição de recursos	arts. 11, 15 e 16
Procedimentos em caso de negativa de acesso ou descumprimento de obrigações/Recursos	art. 11, §4º; arts. 14 a 18; art. 20
Informações sigilosas/Classificação de Informações	Arts. 7º, § 1º, e 2º; Arts. 22 a 30; Arts. 36 e 39
Competências da CGU (atual MTFC)	arts. 16 e 41
Competências da CMRI	arts. 16, § 3º; 17; 35
Informações pessoais	art. 31
Responsabilização de agentes públicos	arts. 32 a 34

Fonte: <http://www.acessoinformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao/mapa-da-lai>

SAIU NO DOU - Lei de Acesso à Informação: transparência ao alcance e todos

Também como previsto na lei, se a pessoa não conseguir resolver o problema em recurso no próprio órgão, ela poderá recorrer ao MTFC, que entra com uma instância mediadora, e até para uma instância superior, caso o MTFC não resolva o problema, que é a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), também constituída pela lei, composta por vários órgãos, que avaliará o caso.

O MTFC, a CMRI e a LAI

O MTFC é o órgão responsável pela defesa do patrimônio público e o incremento da transparência na administração pública federal. Surgiu como CGU para ser um órgão de controle, mas, com o tempo, ganhou novas atribuições, inclusive a de gerir e fomentar a lei de acesso à informação. Depois vieram as leis de conflito de interesse e de anticorrupção, que criaram novas atribuições para além da controladoria.

O MTFC promove campanhas de abrangência nacional a respeito de transparência pública e direito à informação, por meio de treinamento de agentes públicos relacionado à transparência, ao monitoramento da aplicação da lei e ao encaminhamento ao Congresso Nacional de relatório anual com informações a respeito da LAI. Em março deste ano, o MTFC promoveu, em Brasília, o Seminário Internacional de Transparência e Acesso à Informação, que reuniu cerca de 600 representantes dos mais diversos órgãos do Executivo federal, sociedade civil e autoridades do Chile e do Reino Unido.

Última instância — A CMRI atua como a última instância recursal administrativa na análise de negativas de acesso à informação, sob a presidência do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Suas atribuições estão ligadas ao tratamento e à classificação das informações, como também para estabelecer normas, em caso de lacunas na aplicação da legislação.

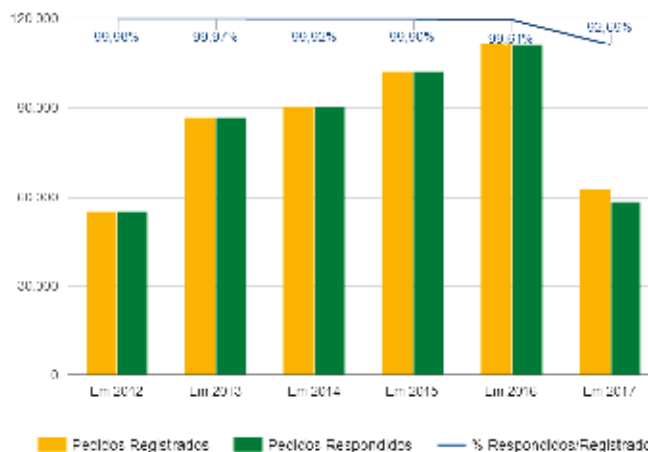
ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS A RESPEITO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Fonte das informações: e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (<https://esic.cgu.gov.br>)

Quantidade de pedidos de acesso à informação

Quantidade de pedidos: 508.949 Média mensal de pedidos: 8.208,85

Pedidos de informação e respostas registrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), desde a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, em 16 de maio de 2012.



	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pedidos registrados:	55.212	86.661	90.167	102.423	111.669	62.817
Pedidos respondidos:	55.200	86.639	90.096	102.320	111.238	58.227

Situação e características dos pedidos de acesso à informação

Status do pedido	Quantidade
Respondidos	503720
Em tramitação fora do prazo	1662
Em tramitação no prazo	3.567



Tempo de resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta: 13,84 dias

Prorrogações:

Quantidade	% dos pedidos
47.462	9,33%

Razões da negativa de acesso			
Descrição	Quantidade	%	% de pedidos
Dados pessoais	13873	31,625%	2,73%
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	6362	14,503%	1,25%
Pedido genérico	5514	12,570%	1,08%
Pedido incompreensível	4118	9,387%	0,81%
Pedido desproporcional ou desarrazoado	3930	8,959%	0,77%
Informação sigilosa classificada conforme a Lei nº 12.527/2011	3776	8,608%	0,74%
Pedido exige tratamento adicional de dados	3694	8,421%	0,73%
Processo decisório em curso	2600	5,927%	0,51%
TOTAL:	43867	100,000%	8,62%



Além das informações já encontradas na internet, o Ministério da Transparência disponibiliza a cartilha “Acesso à Informação Pública: uma introdução à Lei 12.527”, de 18 de novembro de 2011”, produzida em cooperação com a Unesco, pelo endereço <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>.

Qualquer pessoa física e jurídica pode demandar informações públicas específicas de seu interesse, que não esteja protegida por sigilo. Basta se dirigir ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do órgão ou acessar o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), disponível no endereço eletrônico www.acessoainformacao.gov.br.

Na Imprensa Nacional, o SIC foi instituído pela Portaria nº 109, de maio de 2012, para auxiliar o cidadão no seu direito constitucional de obter acesso a informações públicas. O setor responsável por exercer as atividades operacionais do SIC é a Coordenação de Relacionamento Externo (Corex), conduzida por Marlei Vitorino da Silva. Depois dela, como primeira instância, vem a Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação, comandada por Alexandre Miranda Machado. Como segunda e última instância no órgão está a autoridade máxima, o Diretor-Geral Pedro Bertone.

O total de pedidos de acesso à informação registrados em 2016 pelo sistema eletrônico e-SIC, alcançou 93 solicitações, das quais 84 por e-mail, cinco recursos ao chefe hierárquico, três à autoridade máxima, uma ao MTFC e nenhuma à CMRI. Em 2017, o quantitativo de solicitações de cópias SIC presenciais foi de 299, que resultou em 2.046 cópias expedidas. “Respondemos todas as solicitações. Os números são pequenos porque, em nosso portal, já antecipamos muitas respostas de forma ativa”, explica Marlei Vitorino.

NO MUNDO

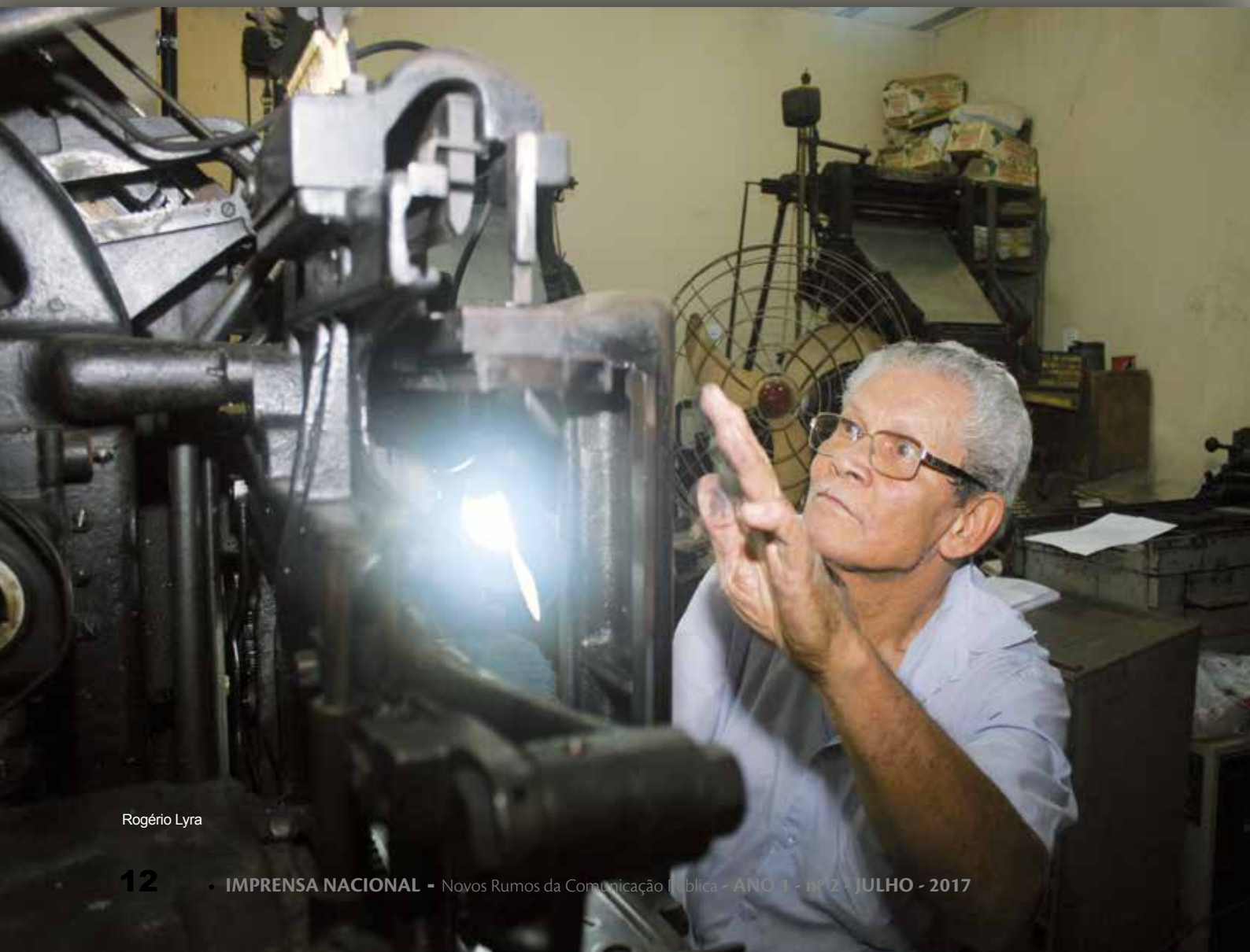


A primeira nação no mundo a desenvolver um marco legal sobre acesso foi a Suécia, em 1766. Os EUA aprovaram sua Lei de Liberdade de Informação em 1966. Desde então, recebeu emendas para se adequar à passagem do tempo. Na América Latina, a pioneira é a Colômbia. Em 1888 o país estabeleceu um código que franqueou o acesso a documentos de governo. A legislação do México, de 2002, é considerada uma referência, tendo previsto a instauração de sistemas rápidos de acesso, supervisionados por órgão independente. Chile, Uruguai, entre outros, também aprovaram leis de acesso à informação. (Fonte: Cartilha Acesso à Informação Pública, publicada pela Controladoria-Geral da União em 2011, na Imprensa Nacional).

A linotipia vive

Por Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Em tempos de rápida superação de tecnologias, aos 78 anos, o servidor aposentado da Imprensa Nacional Leo dos Santos Cardoso congela o tempo para manter viva a única linotipia do Distrito Federal e entorno, 133 anos após o revolucionário invento do alemão Ottmar Mergenthaler



Rogério Lyra

Quem passa em frente ao Lote 16 da Superquadra 7 da Cidade Ocidental (GO), entorno de Brasília, tende a associar o local a qualquer oficina de lanternagem de veículos devido à facilidade de se identificar, da rua de chão batido, as carcaças de um Fusca, uma Variant e um Gol dispersas pela parte não construída do espaço. Pelas laterais internas do muro, uma horta começa a ganhar vida pelo já frondoso maracujá, hortelã plantado em um vaso e, em fase adiantada de crescimento, mudas de caju, pitanga, goiaba e boldo.

Porém, basta olhar mais atentamente para se perceber uma oficina de caráter diferente, inusual até para os dias de hoje, seja pelas máquinas, pelo tictac intermitente, pelo cheiro de tinta ou, acima de tudo, pela forma de se extrair o produto confeccionado ali.

Na verdade, o pomposo nome Lauda Gráfica e Editora deveria constar em letras garrafais acima do muro e em placas indicativas desde a entrada principal da cidade, ladear as duas lagoas do centro, ao lado do Clube Recanto das Águas, e tomar o rumo da esquerda após o prédio do Detran local. Mas seu proprietário, o servidor aposentado da Imprensa Nacional Leo dos Santos Cardoso prefere deixar esse detalhe para adiante.

Quatro máquinas de linotipo imperam no espaço da gráfica, das quais três em funcionamento. Uma logo na entrada, posicionada como sentinela. Outra ao centro, ao pé da qual seu Leo, como é conhecido, fala sem parar por cerca de duas horas de uma conversa reveladora. A terceira e a quarta, à esquerda de quem entra. Seguem o comando de seu Leo ou do seu neto Rafael, tipógrafo que segue as pegadas do avô. Se para muitos o matraquear das linotipos soa como barulho, para os aguçados ouvidos de seu Leo elas trazem o som tranquilizador de um mensageiro dos ventos e sua energia positiva.

Ele recebe a reportagem de *Imprensa Nacional – novos rumos da comunicação pública* com largo sorriso, na manhã de 29 de maio deste ano. Ao levantar-se, reclama do nervo ciático. Abraça todos nós. Seus óculos, de lentes nem tão grossas, estão presos por uma alça preta, e oscilam entre o rosto e o peito. A camisa xadrez, puxada para o violeta, está bem ca-

sada e sobreposta à camiseta branca, de mangas curtas. Bem combinados, também, o sapatênis claro e a calça de brim de tom marrom.

Seus documentos pessoais estão à vista no bolso da camisa, impressos contra um celular simples, marca LG, uma cartela de Enalapril (“remédio para a pressão arterial”) de uso contínuo e um panfleto bem conservado com a imagem de São Expedito. Em nosso segundo encontro, em 5 de junho, para a sessão de fotos no Museu da Imprensa e novamente na gráfica, ele repete a calça e o sapatênis, mas a camisa agora é azul-clara, mangas curtas, como ele prefere, vestida para dentro da calça.

Era caórdica — Dois sofás outrora brancos compõem o mobiliário tosco em meio a uma montanha de ferros, caixas, duas cadeiras ao pé da linotipo operada por seu Leo no dia da entrevista, — enorme ventilador às suas costas, prelo ainda ativo, torno utilizado para fazer as medidas das linhas e colunas, caixas de tipos móveis, canteador ou máquina de cantear que, como o nome diz, faz o acabamento nos cantos de alguns livros.

O exemplo vivo da era caórdica se estende sobre um balcão com gavetas. Numa mesinha, intactas, uma garrafa térmica com café e outra *pet*, com água. E mais: filtros de barro, fogão, carrinho de mão, pincéis, tesouras, calculadoras, embalagens de nescau, bebedouros, mimeógrafo, motores. Seu Leo presenteia o res-

ponsável pelo Complexo Cultural da IN com uma linha composta de linotipo, ainda quente, com a inscrição *Rubens Cavalcanti Júnior, museólogo e historiador*. A este escreba, pouco conhecido dele, e ao estagiário de História, Reninson Lima, compensa com toda atenção ao longo da entrevista. O linotipista seu Leo é uma prova viva de resistência. Teimosia, para resumir. Parafraseando Euclides da Cunha em *Os sertões*, seu Leo é, antes de tudo, um forte. Quem, senão um forte, se deslocaria, semanalmente, de Águas Claras, a bordo de um ônibus superlotado, até a distante Cidade Ocidental? É longe, mesmo quando faz o trajeto de carro. E isso aos 77 anos, dentro dos 78, pois seu aniversário se aproxima: 7 de julho, inaugurado no longínquo 1939. A alma gráfica de seu Leo começou a manifestar-se em 1955 como aprendiz de mecânico das máquinas de linotipia do jornal vespertino *A Noite*, no Rio de Janeiro. Desde então, ele garante sobrevida ao invento desse sistema de composição e impressão por meio de linotipo, concebido em 1884 na cidade americana de Baltimore, Estado de Maryland, pelo alemão Ottmar Mergenthaler. A máquina, composta de teclado como os de computador, funde em bloco cada linha de caracteres tipográficos.

O tortuoso caminho da composição de texto em linotipia, para seu Leo, resume-se em uma simples linha reta. Mas para o repórter seria ne-

ATELIÊ TIPOGRÁFICO DA UFG, REFÚGIO DE RARIDADES LITERÁRIAS

O servidor aposentado da Imprensa Nacional, Leo dos Santos Cardoso (Seu Leo), colaborou com a Universidade Federal de Goiás (UFG) na recente fundação do Ateliê Tipográfico daquela instituição de ensino. Pela Coleção Todo Tipo, o Ateliê confecciona breves obras esgotadas ou inéditas e de domínio público que, pela escassa divulgação, têm sido de difícil acesso para os leitores brasileiros.

A informação foi transmitida pelo professor da UFG e coordenador de Projetos do Ateliê, José Vanderlei Gouveia (na foto, com a câmara na mão), em visita ao Museu da Imprensa.

Em visitas anteriores ao Museu da Imprensa, o professor Gouveia já havia anunciado o projeto do Ateliê, quando soube que seu Leo mantinha uma tipografia na Cidade Ocidental. Feitas as apresentações, seu Leo esteve na UFG e, depois, uma equipe da universidade lhe retribuiu a visita.

O Ateliê imprime livros de até 80 páginas. Duas dessas raridades foram doadas ao Museu da Imprensa – *Uma vida humana*, do português Uriel da Costa, publicada postumamente em 1687, e *Cânticos dos cânticos*, extrato da Bíblia atribuído ao rei Salomão.

cessário um verdadeiro treinamento para entender tantos termos novos. Teclado, originais, prelo, prova, linhas e páginas até que soam familiares. Porém, como entender o trajeto da composição por dentro da linotipo, via conjunto de matrizes, compondor, transferidor, elevador, tainha, fundição, chumbo, estanho e antimônio, disco, bandeja, lingote, distribuição, prisma, sem fim, depósito?

A mecânica já habitava a alma do próprio pai de seu Leo, Sebastião José Cardoso, que manteve uma oficina mecânica de automóveis pesados, tipo Scania, em Bananal, terra natal da família, no interior de São Paulo. A mãe, dona Irene de Melo, cuidava dos afazeres domésticos. “Nasci com alma gráfica”, atesta seu Leo. Nasceu e sobrevive nessa atividade da qual somente se afastou por um curto período, entre o fechamento do jornal *A Noite*, em 1957, e o alistamento no Exército, em 1958.

Dono de uma memória privilegiada, lembra que, “em 8 de janeiro de 1959”, começou a trabalhar no então Departamento de Imprensa Nacional (DIN), após intensa mobilização dos linotipistas de *A Noite*, agora desempregados, que sensibilizou o presidente Juscelino Kubitschek, a ponto de autorizar a contratação dos melhores profissionais do jornal para o DIN. Entre eles, seu Leo e, claro, seu mentor e tio João Baptista. Integrava o ambicionado quadro de servidores do então maior parque industrial da América Latina, com cerca de 1.800 servidores distribuídos pela gráfica formada por 200 linotipos e outros equipamentos de igual monta.

As opções de seu Leo e de outros trabalhadores eram a Caixa Econômica Federal e o Ministério da Guerra. A alma gráfica falou mais alto. O Rio de Janeiro vivia seus últimos dias de capital do País, com a alvorada de Brasília prestes a iluminar um novo tempo.

Seu Leo somente mudaria para Brasília na última leva dos servidores da Imprensa Nacional, ao contrário do seu tio João Baptista, integrante da primeira caravana. Quando, finalmente, arrumou as malas, “em 21 de maio de 1979”, aqui ostentou a prestimosa condição de encarregado da Seção de Linotipo, cargo já exercido por ele no Rio de Janeiro, durante quatro anos e meio. Seu Leo veio direto para o

terreno da Imprensa Nacional a fim de alugar-se com a mulher, dona Sádya Araújo dos Santos Cardoso, e a numerosa prole de dez filhos, na casa mais tarde reservada para residência dos futuros diretores-gerais do órgão. Orlando de Oliveira Sá continuava na chefia dos mecânicos, uma saudosa equipe de craques como Clodomir (“Babi”) e José Santiago, entre outros. Seu Leo cita que o torneiro Alfredo Jorge Hiendmayer, chamado de “Ale-mão”, fabricava de peças simples às mais complexas aqui mesmo na Casa.

Aposentadoria para recomençar — Vista por muitos como o fim de uma jornada, para seu Leo, a aposentadoria fez o movimento inverso. Aposentado da Imprensa Nacional em 1993, começou a pôr em prática o sonho de possuir um máquina de linotipo, “nem que fosse no quintal”. Com muita perseverança, dez anos adiante, em 2003, seu Leo adquire sua primeira linotipo em um leilão da Escopo Editora, de Brasília. Ele põe nessa conta o incentivo do amigo Hélio Camilo, proprietário da Gráfica Relevô, também de Brasília. “Quando eu doar tudo isso para o Museu da Imprensa da Cidade Ocidental, o Hélio será seu patrono”.

De outro leilão, dessa vez do Senado Federal, veio a segunda linotipo. A terceira, modelo Intertype, seu Leo comprou de uma gráfica que fechara em São Paulo. Ele trabalhava justamente nela quando o entrevistamos. A despeito de lhe faltarem os dedos indicador e polegar, vitimados em acidente de trabalho que quase lhe decepa a mão direita, seu Leo ainda consegue a proeza de compor oito páginas de 35 linhas de linotipo em oito horas de trabalho, computadas aí as correções feitas por ele mesmo, os chamados erros de máquina ou de impressão, conhecidos no jargão gráfico como carrapatos. Obcecado pelo trabalho, ele já estava sentado diante da máquina mesmo com a mão enfaixada pouco depois do acidente. “Eu não desistiria de trabalhar nem se tivesse perdido a mão”.

Tanta disposição mereceu a seguinte avaliação do presidente da Confraria dos Bibliófilos do Brasil, José Salles Neto (ver matéria da página 16): “Além de missão, é algo como uma espécie de amor pelo que resulta desta utilização de linotipia, tipografia e métodos artesanais de acabamento,



LINOTIPIA E ANTROPOLOGIA

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante de Antropologia da Universidade de Brasília, Bernardo Peixoto Leal Ferreira Silva, leva o título *A persistência da linotipo e seu mecânico: pessoas, máquinas e livros na Cidade Ocidental (GO)*. Apresentado em 2016, o TCC aprofunda o referencial teórico da linotipia, inclusive com ampla documentação fotográfica em suas 135 páginas.

Durante visita ao Museu da Imprensa, Bernardo Peixoto soube do trabalho do Seu Leo ao conversar com o historiador e responsável pelo Complexo Cultural da Imprensa Nacional, Rubens Cavalcante Junior. O guia do Museu logo lhe revela os primeiros

encantos da linotipo do acervo, inclusive o fato de ter sido montada lá por Seu Leo.

Em sua monografia, Bernardo escreveu que, na época, identificou o equipamento como uma gigantesca máquina de escrever e não conseguiu “distinguir nela nada de familiar, com exceção do teclado e de uma caldeira onde aparentemente se derretia chumbo”. Estudado no TCC no ramo da “antropologia das técnicas”, o processo de produção artesanal de um livro, ou melhor, apenas da primeira fase, a composição em linotipo, rendeu a aprovação da banca examinadora do Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da UnB. O TCC, claro, foi dedicado a Seu Leo.

O diretor-geral Brito Pereira observa o trabalho dos linotipistas em Brasília, já em 1960
— Acervo: Museu da Imprensa



ALMA GRÁFICA - A linotipia vive

encadernação e até produção de papéis especiais feitos à mão, utilizados neste segmento”.

As oficinas são uma constante na vida do nosso entrevistado de alma gráfica. As carcaças de três automóveis guardadas no terreno da sua gráfica, citadas no início desta matéria, estão ali por falta de espaço na Lanternagem do Gera, localizada na mesma rua, quase em frente. Mais que bom vizinho, o Geraldo, daí o Gera, é grande amigo de seu Leo. Não lhe deixa faltar água, café e comida. Chega a puxar seu Leo pelo braço quando passa da hora do

almoço. Amigo a ponto de seu Leo deixar com ele uma cópia da chave da gráfica.

Seu Leo pratica um ofício considerado ultrapassado. Mas é um homem perfeitamente adaptado às tecnologias da vida moderna. Vejamos dois exemplos. Quando lhe telefono da Imprensa Nacional, pergunto se não seria melhor ligar para um aparelho fixo. “Por que, meu filho, você não ligou no meu celular? Telefone fixo é coisa do passado.”. Noutra feita, quando ele manifesta sua preferência musical por Roberto Carlos,

o jornalista e fotógrafo Rogério Lyra logo quer saber se ele escuta o cantor em discos de vinil. “Claro que não, menino. Eu curto o Roberto Carlos no YouTube.”

O caro leitor já deve se perguntar a essa altura que livros afinal são produzidos nessas geringonças. Em média, seu Leo e o neto Rafael produzem quatro títulos anuais, com cerca de cem páginas de miolo, além de terceirizar a impressão de panfletos e outros serviços. Da safra recente, ele nos mostra algumas páginas de raríssima obra de Jorge Amado – *A descoberta da América pelos turcos*.

LINOTIPOS SUBSTITUÍRAM A TIPOGRAFIA

O Museu da Imprensa exibe duas linotipos. Trata-se de um tipo de máquina de composição de tipos de chumbo, inventada em 1884, em Baltimore, nos Estados Unidos, pelo alemão Ottmar Mergenthaler. O invento foi de grande importância por ter significado um novo e fundamental avanço na história das artes gráficas. A linotipia provocou, na verdade, uma revolução porque venceu a lentidão da composição dos textos executada na tipografia tradicional, onde o texto era composto a mão, juntando tipos móveis um por um. Constituiu-se, assim, no principal meio de composição tipográfica até 1950.

A linotipo, a partir do final do século XIX, passou a produzir impressos a baixo custo e isso levou informação às massas, democratizou a informação. Promoveu uma revolução na educação. Antes da linotipo, os jornais e as revistas eram escassos, com poucas páginas e caros. Os livros didáticos eram, também, caros, pouco acessíveis.

Esse salto tecnológico ocorreu devido à substituição da composição manual, com tipos móveis, de cada linha de um texto, pelo processo de composição de uma linha inteira de texto, feita pela linotipo. Banhada com chumbo em ponto líquido, essa linha de caracteres tipográficos era, assim que digitada ou datilografada, logo fundida. A produtividade aumentou muito, o equivalente à produção de oito compositores manuais. Esses compositores mecânicos passaram, então, a ser chamados de linotipistas.

A linotipia (composição a quente) saía de cena em meados da década de 1950 para o advento da fotocomposição (composição a frio). Na Imprensa Nacional, a desativação das linotipos ocorreu mais tarde, no início dos anos 1960. Em seu parque gráfico, chegaram a funcionar, a partir de 1940, mais de duzentas dessas máquinas.



22 ANOS DA CONFRARIA DOS BIBLIÓFILOS DO BRASIL

José Salles Neto (*)

A Confraria dos Bibliófilos do Brasil surgiu em Brasília em 1995. É uma associação de bibliófilos e amantes dos livros produzidos com processos utilizados primordialmente na primeira metade do século XX, como a composição em linotipia (linhas de texto moldadas a chumbo quente), a impressão tipográfica semimanual e a encadernação e o acabamento manuais que utilizam papéis artesanais feitos com fibras naturais.



Todos os livros são ilustrados por pintores, gravadores e ilustradores de renome nacional, contratados especificamente para ilustrar cada livro. Entre esses ilustradores, estão artistas como Poty Lazarotto, Renina Katz, Glênio Bianchetti, Marcelo Grasmann, Rubens Gerchman, Henrique Amaral, Darel Valença Lins, entre tantos outros de igual relevância.

A reprodução das ilustrações é feita por serigrafia e clichês metálicos de alumínio. Até o final de 2017, já se contabilizam 56 livros lançados, numa razão de até três livros por ano, quantitativo que inclui exclusivamente autores brasileiros, como Dalton Trevisan, Rubens Fonseca, Nelson Rodrigues, Machado de Assis, Érico Veríssimo, Manuel Bandeira, Clarice Lispector, Mário Quintana, Lygia Fagundes Telles, Ferreira Gullar, Jorge Amado, Monteiro Lobato e tantos outros luminas da nossa literatura.

A escolha dos títulos/escritores das novas publicações é feita em eleições bienais, já estando em “reserva” para publicação futura livros de escritores como Lima Barreto, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo, João Cabral de Mello Neto, entre outros. Os contatos com a Confraria podem ser feitos pelo e-mail conbiblibr@yahoo.com.br ou telefone (61) 3435-2598.

(*) Presidente da Confraria dos Bibliófilos do Brasil



Uma revolução silenciosa

Desenvolvido pelo Tribunal Regional da 4ª Região em Porto Alegre, um sistema de gerenciamento eletrônico de processos administrativos está revolucionando a cultura organizacional na administração pública

Por Rogério Lyra

SEI, uma revolução silenciosa

O Sistema Eletrônico de Informações tem uma sigla sugestiva, SEI. Ao contrário de ser pretensiosa, faz jus ao nome e entrega aos seus usuários uma plataforma ágil, totalmente digital, em que tanto os servidores públicos, quanto o público em geral, encontram respostas e soluções para suas demandas referentes aos processos administrativos. Por ser digital, além do papel, o SEI economiza algo muito mais precioso: nosso tempo. Desenvolvido em 2009, no Tribunal Regional da 4ª Região (TRF-4) em Porto Alegre (RS), o sistema, hoje, integra, como plataforma administrativa, o Processo Eletrônico Nacional (PEN). Juntos, o PEN e o SEI (PENSEI) firmaram um “casamento” perfeito que já dá frutos além do âmbito Federal, com o número de adesões crescendo a cada dia nas administrações dos estados e municípios.

Na procura de uma plataforma que integrasse todos os órgãos na administração federal, os gestores do PEN (um programa do Ministério do Planejamento), depois de analisar as opções do mercado, depararam com o SEI. A escolha foi o que poderíamos chamar, no dito popular, de juntar o útil ao agradável, já que o programa desenvolvido pelo TRF-4, além de atender à maioria das expectativas do PEN, já havia sido testado e aprovado por um órgão de peso do Poder Judiciário. Não bastasse isso, o tribunal disponibilizou o sistema, sem nenhum custo. A grande vantagem do SEI é que os processos já nascem digitais, com todas as informações necessárias, como a numeração automática, assinatura eletrônica digital e tramitação simultânea, em uma ou mais unidades. Possui, também, facilidade de pesquisa documental, de gestão, de elaboração de relatórios e estatísticas, e outras funcionalidades (ver box na pág. 20).

O fator financeiro, evidentemente, pesou na escolha do SEI no âmbito federal, mas não foi o determinante. Por estar já em atividade, o SEI possibilitaria uma implantação em tempo mais curto que as opções dos desenvolvedores de *software* do mercado. Tendo em vista o atual cenário econômico, se, na administração federal, a economia de recursos financeiros é sempre bem-vinda, nos estados e municípios ela se faz cada vez mais necessária. Hoje, paulatinamente, cresce o número de adesões nas administrações estaduais

e municipais. E, no futuro, mesmo os órgãos que já possuem outro programa de gestão administrativa se beneficiarão com a integração ao SEI.

A meta do Ministério do Planejamento é expandir a adesão ao sistema para além da administração federal. “Hoje, os 185 órgãos do Governo Federal, na administração pública direta e indireta, terão que aderir ao PEN, de acordo com o Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015”, explica Cassiano de Souza Alves, Secretário-Adjunto de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Desses, a maioria vem optando pela plataforma SEI, com exceção de 41 órgãos – Universidades e Institutos Federais, que já utilizam o Singspar, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



Foto: Ezequiel Boaventura

Cassiano Alves: “Hoje, os 185 órgãos do Governo Federal, na administração pública direta e indireta, terão que aderir ao PEN”.

Embora o SEI seja um programa registrado pelo TRF-4, o tribunal disponibiliza o sistema, sem custos, aos órgãos públicos que desejarem aderir à ferramenta. Além desse incentivo, as administrações estaduais e municipais têm reconhecido o SEI como uma ferramenta confiável e de fácil assimilação. “Estamos, paulatinamente, conseguindo mais adesões nos estados e municípios com mais de 200 ou 300 mil habitantes”, diz Cassiano. Uma das vantagens do SEI é sua característica colaborativa, em que os usuários podem sugerir atualizações, que serão avaliadas e, se aprovadas, implementadas pelo TRF-4.



Foto: Rogério Lyra

Patrícia Garcia: “Quando a LAI surgiu, nos já estávamos aptos a cumprir com todos os seus dispositivos, inclusive o acesso imediato à solicitação do cidadão”.

A possibilidade de customização do sistema por cliente, também, é um trunfo do SEI. “Sempre recebemos novas sugestões dos usuários. A maior novidade da versão 3.0 (hoje o sistema está na versão 3.6) foi cada instituição poder desenvolver seus módulos dentro do SEI sem precisar alterar o código fonte principal. Nosso desejo é de que esta arquitetura fomenta o desenvolvimento de módulos que possam ser compartilhados entre as instituições”, explica Mairon Guerra Bathaglini, diretor da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas de Gestão do Conhecimento do TRF-4 e um dos criadores do SEI, junto com Patrícia Valentina Ribeiro Santanna Garcia, diretora da Divisão de Gestão do Sistema SEI. Para Valentina, o sistema, além de modernizar as práticas de gestão, com a utilização da tecnologia da informação (TI), também, permite organizar melhor as informações. “Facilita a auditoria e o fornecimento desses dados aos públicos interno e externo”. Depois da Lei de Acesso à Informação (LAI) – ver matéria na página 7), os órgãos públicos tiveram que se adaptar às novas exigências. “O SeI foi criado antes da LAI. Quando ela surgiu, nós já estávamos aptos a cumprir com todos os seus dispositivos, inclusive o acesso imediato à solicitação do cidadão”, lembra Valentina.

Foto: Ana Paula Figueiró



Pedro Bertone: “O SEI será uma revolução administrativa sem volta para a administração pública federal”.

No dia 1º de junho de 2017, o Diretor-Geral, Pedro Bertone, assinou a Portaria nº 120, implantando, oficialmente, o SEI na Imprensa Nacional. A IN adiantou-se em quatro meses o prazo-limite (outubro de 2017) estipulado pela Casa Civil para adesão ao sistema na administração pública federal. Bertone parabenizou todos os que trabalharam para que o SEI entrasse em operação em tempo ágil: “A importância de entrarmos no SEI já em junho, quatro meses antes do fim do prazo estipulado, é prova do reconhecido empenho e dedicação de todos os servidores da Casa, a quem dedico meus sinceros parabéns e agradecimentos. O SEI será uma revolução administrativa sem volta para a administração pública federal. A Imprensa se antecipar nesse processo é motivo de orgulho para todos nós”.

A Gerência de Desenvolvimento e Avaliação de Pessoas (Gedap) realizou, durante os meses de junho e julho, cursos de capacitação para utilização do SEI. Os instrutores Eugênio Pacelli e Paulo César Lobão ministraram quatro turmas de servidores da IN, que, durante três dias, tiveram aulas práticas de como utilizar todos os recursos do sistema.

Foto: Rogério Lyra



Carmem Oliveira: “Gostei. É bem dinâmico, não é enfadonho e muito prático”. Eugênio Pacelli: “O SEI é um gestor de processos. Para os chefes que precisam acompanhar de perto o andamento do trabalho, o SEI é uma poderosa ferramenta. Para o usuário em geral é um grande aliado na gestão de seu tempo”.

Foto: Rogério Lyra



Núbia França: “Considero esse curso que participamos muito importante para a Imprensa Nacional devido ao atual cenário ambiental, financeiro e tecnológico. Serviu-me para reforçar o que venho estudando sobre o sistema”.

Foto: Rogério Lyra



Sérgio Gouvea: “Ótimo. Maravilhoso. Vai me ajudar bastante nos processos!”

SEI, uma revolução silenciosa

Foto: Ana Figueiró



Fernanda Pedrosa: “O SEI diminuiu muito as consultas via telefone, o que permite que você se concentre mais no trabalho”.

Apesar das vantagens das novas ferramentas digitais, substituir as velhas e arraigadas práticas do mundo analógico é sempre um desafio. “Foi uma grande mudança de paradigma. Na minha sala, por exemplo, já devolvi armários que antes eram lotados de pastas com documentos”, destacou Fernanda Pedrosa (Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva da Casa Civil). E não é só a economia de papel e, consequentemente, de recursos financeiros, que o SEI proporciona, mas, também, a eficiência do trabalho. Com a aceleração na tramitação dos processos, eliminam-se o desperdício de tempo e o retrabalho, com ações repetitivas

e burocráticas. “O SEI diminuiu muito as consultas via telefone, o que permite que você se concentre mais no trabalho”, enfatizou Fernanda. Para Inácio Sena, da Diretoria de Tecnologia da Casa Civil (DITEC), o SEI aumentou a segurança na guarda dos processos: “O sistema diminui os erros, acaba com as perdas de documentos, fica tudo registrado, ou seja, você rastreia todo o trâmite, aumentando a transparência dos atos”, destaca.

Hoje, os usuários do SEI estão totalmente adaptados e reconhecem as vantagens de se trabalhar com dados digitais. Mas nem sempre foi assim: “O SEI inovou na gestão ao tratar o processo administrativo integralmente de for-



Inácio Sena: “O sistema diminui os erros, acaba com as perdas de documentos, fica tudo registrado. Você rastreia todo o trâmite, aumentando a transparência dos atos”.



Acervo pessoal

Mairon Bathaglini: “Sempre recebemos novas sugestões dos usuários. Nosso desejo é de que esta arquitetura fomente o desenvolvimento de módulos que possam ser compartilhados entre as instituições”.

ma eletrônica. Algumas questões como a tramitação simultânea nas unidades, ausência de um fluxo pré-determinado e a visibilidade dos documentos trouxeram resistência de algumas áreas. Acredito que a maior dificuldade foi refinar e implementar as regras de negócio do sistema para que atendessem às diversas situações”, lembra Mairon. Enfim, a migração digital está promovendo uma verdadeira mudança de hábitos na cultura organizacional da administração pública, agilizando processos, otimizando resultados e democratizando o acesso da sociedade às informações necessárias ao exercício de uma cidadania plena.

PRINCIPAIS FACILIDADES

Portabilidade: 100% Web e pode ser acessado por meio dos principais navegadores: Internet Explorer, Firefox e Google Chrome.

Acesso remoto: a portabilidade permite ao SEI ser acessado, remotamente, por diversos tipos de equipamentos: microcomputadores, notebooks, tablets e smartphones, nos sistemas operacionais Windows, Linux, IOS, da Apple, e Android, do Google, possibilitando o trabalho a distância.

Acesso de usuários externos: gerencia o acesso de usuários externos, permitindo que conheçam os processos e possam assinar, remotamente, os documentos.

Controle de nível de acesso: gerencia a criação e o trâmite dos processos e documentos restritos e sigilosos, permitindo o acesso somente às unidades envolvidas ou a usuários específicos.

Tramitação em múltiplas unidades: incorpora novo conceito de processo eletrônico, rompendo a tradicional tramitação linear da versão em papel. Desse modo, várias unidades podem ser demandadas simultaneamente.

Funcionalidades específicas: controle de prazos, ouvidoria, estatísticas da unidade, tempo do processo, base de conhecimento, pesquisa em todo teor, acompanhamento especial, modelos de documentos, textos-padrão, sobrestamento de processos, assinatura em bloco, organização de processos em bloco, acesso externo, entre outros.

Sistema intuitivo: interface amigável e de boa navegabilidade.

Gestão por processo e por desempenho: o SEI viabiliza relatórios de Estatísticas da Unidade e Desempenho de Processos, explicitando o tempo médio de cada processo no órgão e o tempo médio de tramitação de cada processo em cada unidade.



BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO

Para obter o melhor aproveitamento dos recursos do sistema, algumas regras básicas devem ser seguidas.

Padronizar procedimentos: por sua flexibilidade, o SEI permite várias formas de utilização de seus recursos. Isso proporciona ao usuário adaptar o sistema de diferentes maneiras. Cada unidade usuária do sistema deve implementar normas de utilização e padronização, proporcionando, assim, a segurança da informação e organização do trabalho (tipos de documentos, tabelas de temporalidade, metodologias e nomenclaturas comuns). Esses procedimentos facilitam a utilização dos recursos que o sistema oferece, tais como pesquisa e medição de desempenho dos processos.

Acesso como regra e sigilo como exceção: o SEI adota a transparência administrativa, mas alguns processos e documentos específicos requerem restrições. Para esses casos, o sistema permite atribuir restrição. O fluxo de informações de forma transparente e o trabalho colaborativo são princípios do SEI. Nesse sentido, priorizar a publicidade dos processos garante o pleno funcionamento do sistema.

Respeitar as etapas do processo e o fluxo de informações: o SEI monitora e mede os processos. Mantém acompa-

nhamento de um ou mais processos, sem interferir nos fluxos das atividades e andamentos. Para isso, é fundamental cumprir cada etapa de maneira eficiente para que haja uma correta medição de desempenhos dos processos. Também deve ser feito o uso das funções de pesquisa e acompanhamento para a consulta a informações.

Dar preferência ao editor do SEI: os documentos devem ser redigidos no próprio sistema (Documento Interno). Porém, o sistema permite importar alguns formatos de arquivo (Documento Externo). A customização de tipos de documentos é permitida, respeitando-se os padrões e a formatação estabelecidos pelos instrumentos legais, como o Manual de Redação da Presidência da República. Os tipos de documentos podem ser adaptados de acordo com os órgãos usuários. A vantagem dos Documentos Internos são seus formatos padronizados e automatizados (data, numeração, endereço da unidade, processo de referência e número SEI). Além disso, existe a possibilidade de os documentos que exigem publicação oficial serem publicados diretamente no SEI em veículo de publicação interno (p. ex. boletins de serviço) ou externo (site).

NOVO PORTAL

PATRIMÔNIO DE TODOS

www.patrimoniodetodos.gov.br

Quem possui imóveis da União pode acessar o novo portal e ter **mais agilidade** no seu atendimento.



NO PATRIMÔNIO DE TODOS VOCÊ PODE:



ACESSAR SERVIÇOS DA SPU ON-LINE



ENCAMINHAR TODA A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À ANÁLISE



ACOMPANHAR A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO



COMPLEMENTAR A DOCUMENTAÇÃO, SEMPRE QUE NECESSÁRIO



DAR ENTRADA EM PROCESSOS POR MEIO DE REQUERIMENTOS ON-LINE

REQUERIMENTOS ON-LINE:



Transferência de Titularidade de Imóvel



Consulta de Dominialidade



Revisão/Cancelamento de Cobrança



Utilização/Regulamentação de Imóvel da União



Permissão de Uso



Isenção de Pagamento



Revisão de Área e Valor de Avaliação



Autorização de Obras



Mudança de Regime/Contrato



Cancelamento de Utilização



Remição de Aforamento



Revigoração de Aforamento

Com apenas um clique, você acessa os serviços da Secretaria do Patrimônio da União.

patrimoniodetodos.gov.br

CLEPSIDRA

HÁ 57 ANOS, NO DIA 21 DE ABRIL DE 1960, O ENTÃO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK INAUGURAVA A NOVA SEDE DA IMPRENSA NACIONAL. EM UM ATO CARREGADO DE SIMBOLISMO, JUSCELINO ACIONOU A VELHA ROTATIVA, DANDO INÍCIO À PRIMEIRA IMPRESSÃO DO *DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO* NA NOVA CAPITAL

Fotos: Assessoria de Comunicação da IN

A saga da Marinoni

Por José Vivaldino Bernardes (atualizado por Ezequiel Marques Boaventura)

CLEPSIDRA -A saga da Marinoni

Essa gloriosa história se perderia no limbo do tempo, não fosse a intervenção do acaso e o trabalho, sem tréguas, de pesquisa e compilação de informações feito pela equipe da Assessoria de Comunicação da Imprensa Nacional entre 2009 e 2010, com o apoio do Museu da Imprensa. A partir de depoimentos de servidores aposentados, assessores do dia a dia de JK, enfim, de vozes pioneiras e, também, de fotos do acervo do Museu da Imprensa, começou uma bem-sucedida busca por esse resgate histórico.

O acaso aconteceu quando se decidiu ouvir servidores aposentados que chegaram a Brasília antes da inauguração. Eles começaram a lembrar, com emoção e saudade, da presença de JK no dia 21 de abril no edifício-sede da Imprensa Nacional, e não do dia 21 de março de 1960, no teste da Marinoni – que rodou exemplares apenas com o cabeçalho do *Diário Oficial da União*. A essa data era atribuída a visita do presidente JK ao órgão, mais por conta de seu autógrafo nos exemplares. Ocorre que quem esteve na Imprensa Nacional foi o secretário-geral do Ministério da Justiça, que levou exemplares ao ministro Armando Falcão, o qual, por sua vez, os entregou a JK, que, muito contente, após sua assinatura em cada um deles. Um desses exemplares está exposto no Museu da Imprensa. Foi adquirido e doado ao Museu pela Associação dos Servidores da Imprensa Nacional.

Decidiu-se, então, ampliar a audiência com os servidores e, para garantir o rigor do trabalho, ouvir vozes de outros pioneiros de Brasília, como Affonso Heliodoro dos Santos, que foi subchefe do Gabinete Civil do presidente JK; o jornalista Ari Cunha do *Correio Braziliense*, que está no

jornal desde o lançamento da pedra fundamental do veículo, no fim de 1959, e, além disso, foi um dos poucos repórteres que acompanharam o frenético e entusiasmado trabalho de JK; e a filha do então diretor-geral da Imprensa Nacional, Alberto de Sá Souza de Britto Pereira, Tereza Maria de Britto Pereira, *in memoriam*.

Todas essas personalidades foram testemunhas desse grande momento da existência da Imprensa Nacional. Nessa intensa atividade de pesquisa, aconteceu outro capítulo que colocou mais luz nos trabalhos do resgate histórico. No dia 4 de março de 2010, no Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, ocorreu a entrevista com o pioneiro Affonso Heliodoro. Foi, então, apresentada a ele uma das fotos da visita de JK à Imprensa Nacional. Nessa foto, aparece o presidente caminhando, a passos largos, tendo ao seu lado o diretor-geral Britto Pereira e outras pessoas, a maioria, servidores. Não se conheciam essas pessoas. Heliodoro, entretanto, identificou uma em particular: um assessor de JK carregando sob o braço esquerdo exemplares do *Diário Oficial da União*. “É Celso Rezende Neves, primo de Tancredo Neves”, revelou Heliodoro. Foi o presidente Tancredo Neves quem indicou Celso para ocupar a Subchefia do Gabinete Militar de JK.

O servidor Rubens Cavalcante Júnior, responsável pelo Museu da Imprensa, tomou a iniciativa de localizar essa tão fundamental testemunha da história. Localizou. O brigadeiro reformado Celso Rezende Neves reside no Rio de Janeiro, informou Rubens. Obviamente, ele teria de ser ouvido.

No dia 23 de março de 2010, o então assessor de Comunicação,

Pedro Paulo de Oliveira e Rubens Cavalcante viajaram para o Rio de Janeiro para ouvir o brigadeiro Celso. Ele confirmou a presença de JK na Imprensa Nacional no dia da inauguração de Brasília e disse que o presidente realmente autografou e dedicou exemplares do primeiro *Diário Oficial da União* a várias pessoas presentes ao evento, apesar da pressa imposta por uma agenda repleta de compromissos. “Eu recebi um desses exemplares e lamento não encontrá-lo para mostrar a vocês”, comentou Celso.

Horário da visita

“O presidente JK visitou a Imprensa Nacional na parte da manhã do dia 21 de abril”, afirmou o jornalista Ari Cunha, que foi um dos grandes amigos de Juscelino Kubitschek. Ao certo, o horário exato se perdeu na memória de 57 anos. Então com 15 anos, Tereza Maria de Brito Pereira, filha do diretor-geral Britto Pereira, também não lembrava da hora exata. Recordava, isso sim, de JK e do brilho da solenidade na Imprensa Nacional, momento preso, como disse, em sua retina até o fim dos tempos.

O servidor aposentado Ozanan Oliveira de Assunção, *in memoriam*, no ano de 2010, então com 76 anos, que trabalhava na expedição do *Diário Oficial da União* e do *Diário da Justiça*, lembra muito da quinta-feira, 21 de abril de 1960. “O presidente Juscelino chegou de helicóptero à Imprensa Nacional. A aeronave pousou atrás do prédio, nas proximidades onde se situa hoje a caixa-d’água. JK foi recebido por Britto Pereira. Seguiram para a área gráfica, onde estava a rotativa Marinoni. O meu setor, a Expedição, ficava ao lado da rotativa. JK cumprimentou todos os servidores. E, depois



Ozanan Assunção



Orlando Sá



Vanderley de Souza

disso, apertou o botão que fez a Marinoni rodar o primeiro *Diário Oficial da União*, com data do dia 22. Foi Britto Pereira que apanhou o primeiro exemplar do *DO* e o colocou nas mãos de Juscelino”, narrou Ozanan, que chegou a Brasília no dia 17 de abril. Compareceu à festa da inauguração da nova capital com cerca de 40 colegas. Os demais servidores ficaram trabalhando nas edições dos próximos dias dos Diários Oficiais.

Um exímio linotipista. Quatrocentos e cinquenta linhas por hora. Eis um dos traços profissionais que Manoel Moreno, aposentado, então com 79 anos, em 2010, informou que chegou a Brasília em janeiro de 1960 e viu a inauguração das atividades do órgão. Assim como ele, foram pioneiros de primeira hora os revisores Gérson de Oliveira Campos e Alberto Gomes da Silva, o mecânico Orlando de Oliveira Sá e o linotipista Arnaldo Luiz do Nascimento Júnior. Todos declararam sentir imenso orgulho da visita que JK fez à Imprensa Nacional no dia da inauguração de Brasília. Essa foi a única visita de JK à Imprensa Nacional, em Brasília.

A saga da Marinoni

Ela tem uma aura mágica. Além de sua capacidade e da grandeza do seu porte (10,35 metros de comprimento por 3,83 de altura e 56 toneladas de peso), tem memória. Tem uma dimensão humana. É octogenária. Sedutora. É imortal. Está plantada, altiva, garbosa, nos jardins da Imprensa Nacional. Crianças e adultos – que viram crianças – encarapitam-se nela e, por meio de um milhão de engrenagens, dão voos à imaginação. Falamos da impressora Marinoni Ministro Vicente Ráo (homenagem ao ministro da Justiça Vicente Ráo – de 1934 a 1937 – do Governo Getúlio Vargas).

Seus serviços ao País, à cidadania, são os mais relevantes. É por isso que sua importância, seu significado, ora lembrados, vão muito além da curiosidade dos turistas e das tomadas das equipes de TV. A Assessoria de Comunicação, com o apoio do Museu da Imprensa, decidiu investir tempo e esforços para contar sua história, pesquisando e indo atrás de vozes e olhares que colocaram as mãos, os corações e as mentes nas peças desses capítulos de heroísmos, que é a trajetória da Marinoni.

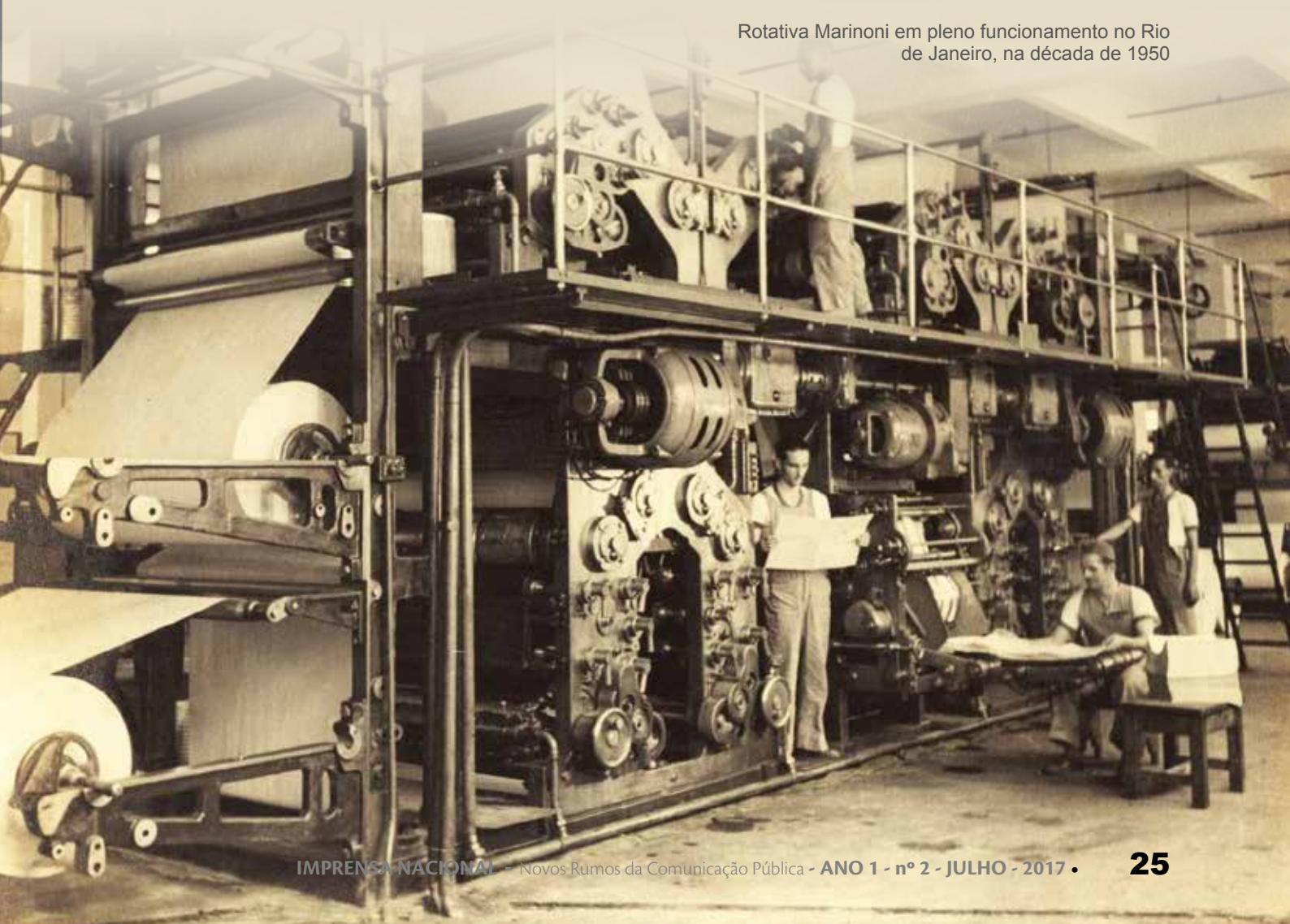
Quarenta e dois anos sem parar

Por que a Marinoni foi e é tão importante? Por que ela é um bem cultural de Brasília e do Brasil?

Eis alguns dados indelévels. Foi essa pujante máquina que, ainda no Rio de Janeiro, imprimiu, na Imprensa Nacional, a Lei nº 3.237, de 1º de outubro de 1957. Artigo primeiro dessa lei, assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek: *Em cumprimento ao artigo 4º e seu § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será transferida no dia 21 de abril de 1960, a Capital da União para o novo Distrito Federal já delimitado no plano central do País.*

Não foram nada fáceis a desmontagem, no Rio de Janeiro, e, em Brasília, a remontagem da Marinoni. O diretor-geral de então, Britto Pereira, selecionou os melhores servidores de mecânica pesada para a tarefa, que só no Rio consumiu 25 dias de trabalho. Eram nove mecânicos e cinco ajudantes.

Rotativa Marinoni em pleno funcionamento no Rio de Janeiro, na década de 1950



CLEPSIDRA -A saga da Marinoni

Após o desmonte da impressora, as peças da máquina foram colocadas em cinco caminhões, que partiram no dia 11 de fevereiro de 1960 e chegaram a Brasília quatro dias depois, passando pelo Triângulo Mineiro. Em cada caminhão, a carga foi acompanhada por um mecânico. O servidor José Clodomir Lucas dos Reis estava a bordo do terceiro caminhão; Israel Alves de Souza acompanhou outra carga do comboio e Tennyson da Silva Faro, a outra. De avião, chegaram, entre o dia 16 de fevereiro e 9 de março, Vanderley de Souza, Hermógenes da Silva e Jesuíno Hilário da Silva.

O mecânico responsável pela remontagem da Marinoni, Plínio Fonseca Torterola, chegou a Brasília no dia 25 de fevereiro.

Os dois últimos remanescentes da saga da montagem da Marinoni em Brasília foram Orlando de Oliveira Sá e Vanderley de Souza, ambos cariocas, que, no ano de 2010, contavam com 85 e 75 anos respectivamente. Ele prestou o seguinte depoimento: “desmontamos a Marinoni para a viagem; a única peça que veio inteira foi a parte da dobradeira”, lembra Orlando.

Vanderley de Souza diz que com a ida da Marinoni para Brasília ficou em seu lugar outra Marinoni,

a Marechal Hermes (a produção de periódicos e de obras se estendeu no Rio até 1979). No dia da inauguração de Brasília, já estavam na cidade cerca de uma centena de servidores da Imprensa Nacional, estima o veterano mecânico, que começou a trabalhar no órgão como auxiliar de limpeza.

A Marinoni Vicente Ráo rodou o último exemplar do *Diário Oficial da União* no dia 30 de novembro de 1977. Os últimos impressores que trabalharam com ela foram os servidores Adelrui Gonçalves Santos, Eufrásio Pereira de Mendonça e Francisco Coelho. Sua produção era de 30 mil impressões por hora.

Quem foi **Hippolyte Auguste Marinoni** — engenheiro, editor e construtor mecânico francês, nascido no ano de 1823 em Paris, que, em 1866, inventou e construiu máquinas de imprimir de dois e quatro cilindros respectivamente e uma rotativa de seis marcadores que leva seu nome, com a qual se podia conseguir uma tiragem de 20.000 exemplares por hora. Fabricou, também, uma máquina para dobrar periódicos e uma rotativa que é considerada como a precursora das máquinas *offset* usadas hoje em todo o mundo. Faleceu em Paris em 1904.



Fonte: Pesquisas em suportes textuais e não textuais: Rubens Cavalcante Júnior (Museu da Imprensa); texto original de José Vivaldino Bernardes, redigido em 2009 e 2010, para a produção da série de matérias jornalísticas *Imprensa Nacional – 50 anos em Brasília*. Este texto foi atualizado e compilado por Ezequiel Marques Boaventura para a revista *Imprensa Nacional – novos rumos da comunicação pública*. As datas da matéria citadas foram atualizadas para este ano de 2017.

MEMÓRIAS DESVELADAS

Por Pedro Paulo Tavares de Oliveira
Fotos: Rogério Lyra

Com acesso livre para cidadãos e pesquisadores, o acervo da ditadura militar brasileira está em fase adiantada de digitalização na regional do Arquivo Nacional em Brasília

Se compararmos a uma cidade a vasta documentação dos arquivos da ditadura militar brasileira do período 1964-1985, recolhida à Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília (Coreg), viajaremos por um bem planejado centro urbano, “habitado” por 1.400.000 páginas de documentos, uma população nascida dos cerca de 180 mil dossiês do Serviço Nacional de Informações (SNI), o órgão que cuidava das informações no Regime Militar. Os Arquivos da Ditadura são os mais pesquisados, seguidos do Fundo do Serviço de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (registros de estrangeiros), e do Fundo da Divisão de Censura e Diversões Públicas.

REPORTAGEM ESPECIAL: Arquivos Abertos - Memórias desveladas

Nessas “ruas” numeradas, denominação das alas do subsolo da Coreg, os arquivos da ditadura estão protegidos em microfilmes de uma avenida climatizada, vigiada e filmada e que só pode ser explorada pelo acesso dos “fundos”, como são classificadas as origens dos documentos. Por exemplo, Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas, um dos últimos incorporados ao acervo. Esse ambiente apropriado garante uma durabilidade de 500 anos aos microfilmes, seguindo os requisitos das normas ISO.

Os segredos confinados nos porões da ditadura ressuscitaram nesses outros porões, ou melhor, nos subsolos da Coreg. Aos interessados em conhecer esse mundo, o melhor roteiro de viagem é o projeto Memórias Reveladas, iniciativa do Arquivo Nacional para desvelar ao Brasil e ao mundo os documentos antes sigilosos do período da Ditadura Militar.

A numeração das ruas corresponde a uma espécie de Código de Endereçamento Postal para remeter à localização exata dos processos, nas muitas alas de outros tantos depósitos. “Cada rua é um mapa topográfico definido em normas de arquivologia”, explica a arquivista e supervisora de Difusão e Acesso da Coreg, Deisy Silva, que nos guia juntamente com a assessora de Imprensa, Eline Caldas, após explanação prévia auxiliada, também, pelo arquivista Isaias Santos Santana, titular da Coreg, e pelo técnico em Assuntos Culturais, Raynes Castro. Na função de cartão de visita, os corredores da Coreg estão decorados com documentos e fotografias ampliados em painéis que fazem o visitante parar e, ali mesmo, já perguntar acerca do local e do ano do registro, sem reparar na legenda do topo.

Uma das portas de entrada do Arquivo está constantemente aberta nos sites <http://memoriasdaditadura.org.br/> e <http://www.memoriasreveladas.gov.br/>, onde se chega, também, por meio do portal do órgão – <http://www.arquivonacional.gov.br>. Vale uma visita física ao local para ser conduzido por técnicos atenciosos e sem pressa em apresentar tantas ruas, vielas e vicinais desse trecho da recente história política nacional.

A transferência desse acervo para a Coreg se deu pelo Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, que autorizou o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão-Geral de Investigações (CGI), e SNI, que estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)

Conforme informação do site, essa documentação é, em sua maioria, oriunda de órgãos e instituições públicas, como a Comissão Nacional da Verdade (CNV), mas constam, também, documentos produzidos e acumulados por pessoas perseguidas pelo regime, doados ao Arquivo Nacional por seus familiares.

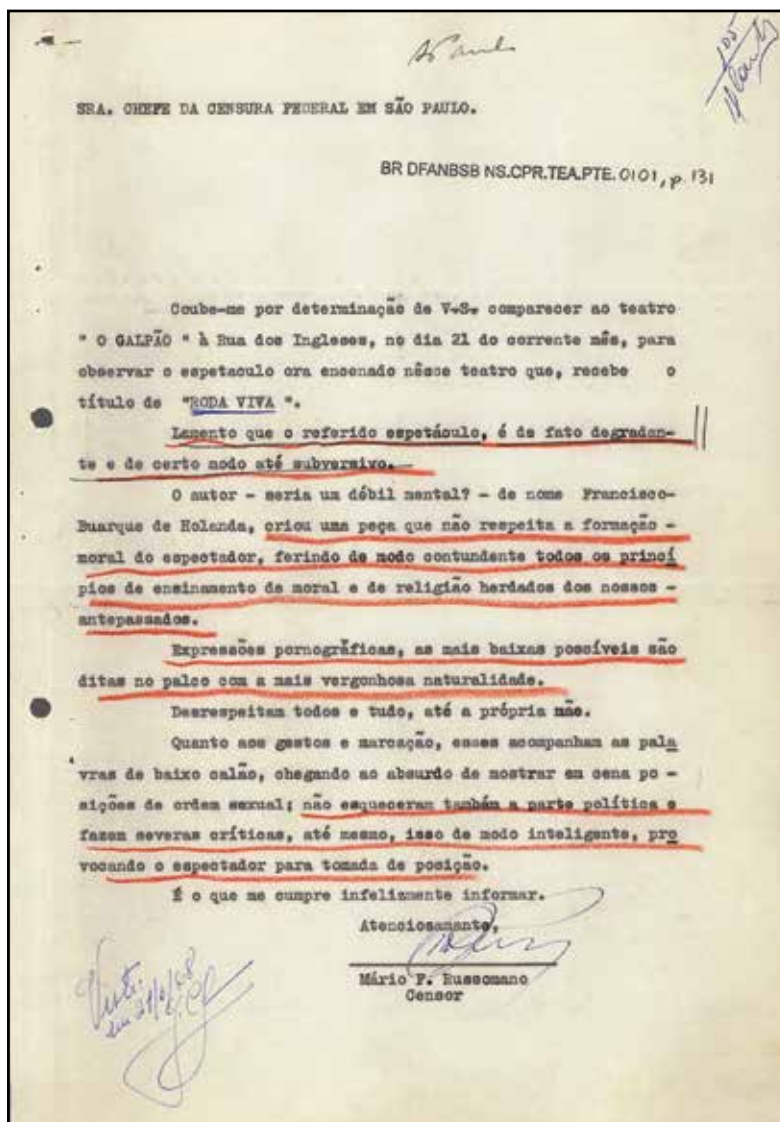
Ao visitar as instalações do Arquivo Nacional em Brasília, veem-se de-

zenas de prateleiras enfileiradas, nas quais estão as milhares de fichas da ditadura. Deisy Silva abre uma pasta e lá está o “Livro de actas do Conselho de Segurança Nacional”, um tijolo encadernado com os manuscritos de atas do período de 1934 a 1981. Mas a explicação do acervo é melhor evidenciada no portal do Arquivo, na relação dos “Fundos disponíveis para pesquisa”, encadeados em ordem alfabética aberta por “Apolônio de Carvalho” e concluída em “Universidade Federal de Sergipe”. Tudo reunido na base de dados Dspace, desenvolvida, exclusivamente, para os arquivos do regime militar. A lista tende a aumentar, pois o trabalho de digitalização ainda está em andamento.

Tamanha vastidão documental atrai a atenção constantemente da mídia nativa e internacional. Recentemente, o jornal *O Globo* começou a publicar uma série de reportagens a respeito das letras musicais submetidas à censura entre 1964 e 1985, nada menos que 13.743 composições, a maioria disponibilizada para o público no portal do Arquivo.

Para a temida Divisão de Censura e Diversões Públicas, tudo era subversivo. Na foto abaixo, a caneta implacável do censor que esmiuçou a montagem da peça *Roda Viva*, do compositor Chico Buarque, mostra bem a sanha restritiva da ditadura. “Lamento que o referido espetáculo é de fato degradante e, de certo modo, até subversivo”, escreve o censor logo na abertura da sua peça acusatória. Para em seguida questionar sua sanidade: “O autor seria um débil mental?”. Por fim reconhece o talento ativista de Chico: “não esqueceram também a parte política e fazem severas críticas, até mesmo, isso de modo inteligente”.

Os canais *History* e *National Geographic*, também produziram reportagens no Arquivo. Deisy Silva informa o caso de uma pesquisadora que dedicou dois anos a escarafunchar as pastas do Ministério da Saúde à procura de informações a respeito de câncer, objeto de seu trabalho de doutorado. Muitos livros já foram publicados após a imersão de seus autores nos depósitos da Coreg.



Parecer da Censura a respeito da peça *Roda Viva*, de Chico Buarque

ENTREVISTA COM O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL

A reportagem de *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública* entrevistou o diretor-geral substituto do Arquivo Nacional, Diego Barbosa da Silva, na tarde de 6 de junho deste ano, entre um despacho e outro da sua apertada agenda na representação do Arquivo Nacional em Brasília. Graduado em Ciências Sociais, mestre e doutor em linguística, Diego assumiu como substituto há cerca de dois meses. Com experiência de 11 anos de servidor concursado do órgão, ele demonstrou segurança em nossa rápida, mas significativa, conversa acerca dos congêneres do Arquivo Nacional no mundo, Política Nacional de Arquivos Públicos, digitalização do acervo, grandes transformações da Casa e principais documentos guardados, dentre outros assuntos.

Prestes a completar 180 anos, o Arquivo Nacional é fundamental na gestão de documentos da administração pública federal, papel mais bem distribuído em outras nações, na avaliação de Diego Barbosa. “No mundo, nós temos um em cada país, cumprindo essa função. Nos Estados Unidos, há arquivos em cada capital estadual”. Ele cita dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que revelam o funcionamento de arquivo em apenas 20% dos nossos municípios.

Há casos extremos de inexistência de arquivos em estados como a Paraíba e Tocantins. “Incentivamos a criação de arquivos nas instituições públicas. Eles são fundamentais para a lei de transparência, combate à corrupção, para processar a informação pública”. Conforme Diego, de nada adianta ter o acesso

garantido pela lei, no caso a Lei de Acesso à Informação, de 2012, se o Arquivo Público não se organizar, se o servidor público for solicitado e não encontrar respostas.

Ele comenta o surgimento das novas tecnologias em que os documentos já nascem digitais e cita as mensagens de e-mail, documentos do Sistema Eletrônico de Informações e da Comissão Nacional da Verdade. “Chamamos essa novidade de mapas digitais, tudo diferente dos tempos em que o principal suporte era o papel. Trabalhamos hoje com uma capacidade de armazenamento de um *petabyte* no Rio de Janeiro”. O desafio agora é recolher, mas ele garante que o Arquivo está preparado para essa mudança de paradigma.

Criado em 1838, época em que os arquivos eram associados a depósito de papel antigo, somente a partir de 1960 se concede à arquivologia o caráter de ciência. Para Diego, esse é o marco das grandes transformações da história do Arquivo Nacional. Na década de 1980, começa o atendimento a distância. A partir de 2000, os arquivos ganham o caráter de equipamentos culturais, ao lado de museus e bibliotecas, um espaço, também, com teatro e cinema. “Hoje, nossa principal competência é prestar assistência na gestão documental em outros órgãos públicos, como a Imprensa Nacional”, completa.

Desse universo documental, Diego pinça importantes registros da nossa história em atos de repercussão internacional. Ele puxa a fila pela Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888 para abolir a escravidão no Brasil; os documentos do julgamento de Frei Caneca, de Tiradentes, das revoluções Pernambucana e Farroupilha, Constituição de 1824 e todas as demais,



Diego Barbosa da Silva

o Ato Institucional nº 5, de 1968. “Toda essa massa pode ser consultada nos mais diferentes suportes, seja papel, foto ou vídeo”, informa.

Algumas dessas raridades históricas podem ser apreciadas na exposição *Brasília a Brasília*, recentemente aberta no Palácio do Planalto, com cerca de 50 documentos, dos quais 34 do Arquivo Nacional, numa ação conjunta do Arquivo com a Divisão de Documentos Históricos da Presidência da República e o Arquivo Público do DF. No dia da nossa entrevista, um dos compromissos de Diego era justamente acompanhar a desmontagem da exposição. A itinerância da mostra segue agora para cidades mais afastadas dos grandes centros, revelando preciosidades do nível do decreto de criação do Banco do Brasil, do primeiro ofício de notas que dividiu as capitâncias hereditárias em sesmarias e do juramento do imperador D. Pedro I à Constituição.



Foto: Arquivo Nacional

Sediado na Praça da República, 173, Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional é vinculado ao Ministério da Justiça e Cidadania. Fundado em 1838, guarda, preserva, dá acesso e divulga documentos públicos, produzidos, em sua maior parte, pelo Poder Executivo Federal, mas, também, provenientes dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de documentos privados, de pessoas físicas e jurídicas. Seu corpo técnico presta orientações a instituições públicas na gestão e preservação de seus documentos.

A regional de Brasília (Coreg) atende no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-

460, um condomínio compartilhado também pela Imprensa Nacional, seu primeiro habitante, e pela Advocacia-Geral da União. O atendimento a distância ocorre pelo e-mail consultas-df@arquivonacional.gov.br ou pelo telefone: (61) 3966-8670.

A regional é coordenada pelo arquivista Isaías Santos Santana, à frente de 54 servidores distribuídos pelo Núcleo de Apoio à Governança do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo; Núcleo de Protocolo; Administrativo; Gestão Documental; Processamento Técnico; Difusão e Acesso; Preservação do Acervo.

Imprensa Nacional comemora seus 209 anos

Por Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Presidente da Asdin, Edivaldo
Marques, Diretor-Geral e
familiares do servidor Arnaldo
Gonçalves cortam bolo de
aniversário da IN



Imprensa Nacional comemora seus 209 anos

A data precisa do aniversário de 209 anos da Imprensa Nacional (IN) caiu no sábado, 13 de maio, razão de as comemorações terem acontecido na segunda-feira, 15. As quase 21 décadas da Imprensa Nacional, foram comemoradas no monumental prédio construído na gestão do então presidente Juscelino Kubitschek, o qual foi homenageado, com uma placa afixada no saguão principal, com a reprodução da mensagem enviada por ocasião do sesquicentenário do órgão, em 13 de maio de 1958, quando ainda funcionava no Rio de Janeiro. As comemorações tiveram início ao som do *Hino Nacional Brasileiro*, executado pela Banda de Música dos Dragões da Independência.

Na sequência, o Diretor-geral, Pedro Bertone, leu a mensagem de felicitações enviada pelo presidente Michel Temer, que enfatizou a importância da IN na preservação da memória nacional; relembrou a publicação do primeiro jornal impresso em terras brasileiras, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808, pela Imprensa Régia (como se chamava a IN na época); e ressaltou o precioso acervo do Museu da Imprensa. A mensagem falou também do valor de ter como patrono Machado de Assis, fonte de inspiração para todos nós. No evento foram assinadas, pelo Diretor-Geral, as portarias de lançamento da *Biblioteca Digital Machado de Assis* e da revista *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública*, que ganhou também uma versão em PDF, no portal da IN.

Afixada no Espaço Cultural Machado de Assis, a placa em aço reproduzindo a mensagem de JK

pelo sesquicentenário da IN traz, em sua abertura, a seguinte mensagem “O sesquicentenário da Imprensa Nacional não é apenas uma data eminente da administração pública, mas, também, um marco da autonomia da cultura brasileira”.

Livros digitais

A *Biblioteca Digital Machado de Assis*, que estreou no evento, reúne documentos, atos e publicações impressos pela Casa desde a sua fundação, em 13 de maio de 1808. Prioritariamente, o acervo será composto pelas coleções do *Diário Oficial da União* e do *Diário da Justiça*; *Coleção Obras Raras Servidor Arnaldo Gonçalves de Brito*; e a coleção de jornais históricos publicados pelo órgão: *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota*, *Diário do Governo*, *Diário Fluminense*, *Correio Oficial* e *Gazeta Oficial do Império do Brasil*.

Revista Imprensa Nacional

De periodicidade bimestral nas versões impressa e eletrônica (<http://portal.impresnanacional.gov.br/acesso-a-informacao/revista-imprensa-nacional>), a revista *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública* aborda novos processos, formas e tecnologias na área de divulgação, publicação e comunicação no setor público e, também, no privado.

Fotos: Ezequiel Marques Boaventura



Museu da Imprensa

Aniversariante do mesmo dia da IN (13/5), o Museu da Imprensa celebrou 35 anos na quarta-feira (17), como parte das comemorações dos 209 anos da Casa. Na ocasião, promoveu a certificação dos vencedores do 18º Concurso Nacional de Desenho, Redação e Artigo. Na condição de convidados especiais, participaram da cerimônia os atletas olímpicos do judô, José Mário Traquillini e João Derly (atual deputado federal pelo Rio Grande do Sul); do vôlei, Leila Gomes de Barros (atual Secretária de Esportes do Distrito Federal) e da marcha atlética, Caio Bonfim. A cerimônia teve a participação da *Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal*. Ao final da premiação, a banda *Na Hora* tocou clássicos do rock e pop nacional.

Vencedores

Na categoria Redação (1º ao 3º ano do Ensino Médio), tema *30 Anos sem Cora Coralina*, o primeiro lugar saiu para a estudante Letícia Baldotto de C. Bonfim, do Colégio Ciman, da Octogonal, Brasília. O 2º lugar ficou com Natasha Rodrigues da Silva, do Colégio Sagrado Coração de Maria, também de Brasília; e o 3º lugar coube a Nicole Rita Pereira Ribeiro, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, da cidade de Osório.

Na outra categoria de Redação (6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), os três vencedores são estudantes de fora de Brasília. A melhor exploração do tema *Primeiros Jogos Olímpicos no Brasil* foi feita por Mônica Amaral Noveli, do Colégio Pólis, de Ourinhos – SP. Os outros vencedores foram Marina Bomfim Amorim, do Colégio São José, de Formosa – GO (2º lugar) e Gustavo Godoi Crepaldi, do Colégio Água Viva, de Marília – SP (3º lugar).

Vencida por estudantes somente de Brasília, a categoria *Desenho* (1º ao 5º ano do Fundamental) com o tema *Mascotes Olímpicos visitam o Museu da Imprensa*, teve dois ganhadores da Escola Classe 204 Sul: Luís Augusto de Holanda Azevedo (1º lugar) e Rafaela Borges Santana (3º). Vitor Hugo do Amaral Lima, do CEF 32, de Ceilândia, ficou em 2º lugar.



- 1 - Marina Bomfim Amorim, segundo lugar de Redação, com professores e o atleta olímpico de marcha atlética, Caio Oliveira de Sena Bonfim;
- 2 - Natasha Rodrigues da Silva, segundo lugar de Redação, com professores e o atleta olímpico de judô João Derly de Oliveira Nunes Junior;
- 3 - Letícia Baldotto, primeiro lugar de Redação, entre a professora Anaurise Ribeiro e atleta olímpico de judô José Mário Traquillini Nery;
- 4 - Pedro Bertone e o representante da Casa Civil, Caio Casteliano, descerram placa com mensagem de JK;
- 5 - Dragões da Independência, aniversariante do mesmo dia, participaram da festa com a apresentação da sua banda de música.



Fotos: Ezequiel Marques Boaventura



Perigos digitais, alerta amarelo!

Por Cristóvão Melo

Tabu e temas a serem evitados, os comportamentos autodestrutivos e o suicídio começam a ser discutidos em uma nova abordagem, pela qual esmiuçar as razões e compreender os motivos têm salvado vidas

Roleta russa é o nome de um jogo mortal, cujo *modus operandi* consiste em colocar uma bala em um revólver, girar o tambor e puxar o gatilho com a arma apontada para a própria cabeça. Não se sabe ao certo a origem do jogo, mas lendas atribuem sua criação ao exército czarista. As chances de acionar o gatilho e disparar são de quase 17% em um revólver de seis balas.

Em abril deste ano, a mídia brasileira deu grande destaque a um sinistro jogo que atraía jovens, principalmente adolescentes, chamado Baleia Azul. Assim como a roleta russa, a origem da brincadeira macabra, também, é a Rússia. No Baleia Azul, o participante deve cumprir 50 tarefas, sob a orientação de um administrador de grupo em uma rede social (na maioria das vezes, utilizando o aplicativo WhatsApp).

O jogo atrai, em sua maioria, adolescentes e inclui tarefas, aparentemente, inofensivas, como assistir todo dia a um filme de terror ou acordar de madrugada. Pouco a pouco, os desafios vão se tornando cada vez mais perigosos. A partir de determinado momento, os jovens são incitados a comportamentos estranhos, ao isolamento e à automutilação. Por fim, a quinquagésima tarefa dada aos participantes é cometer suicídio.

Espécie de seita digital portátil, o jogo da Baleia Azul é uma ideia facilmente disseminada entre os jovens que têm com os *smartphones* uma relação quase simbiótica. A portabilidade, a mobilidade e a privacidade desses minicomputadores os mantêm longe de observadores, como pais ou responsáveis. As razões pelas quais adolescentes se engajam em algo que pode

lhes tirar a vida não são totalmente conhecidas. Podemos atribuí-las à necessidade de pertencimento, ao comportamento por imitação, ao sentimento de inadequação ao mundo e à depressão.

Permanece ainda mais obscuro o propósito dos mentores desse jogo macabro. Como guetos, vielas e ruas perigosas, que se bifurcam em outras zonas desconhecidas e becos sem saída, a Internet é um mundo em expansão, o qual oferece aos usuários mananciais de informação, mas, também, provê anonimato e refúgio para mentes perigosas. É um “lugar” em que o encontro de indivíduos emocionalmente fragilizados com manipuladores insensíveis é cada vez mais constante.

Segundo a Teoria do Controle Social, do criminologista americano

Travis Hirschi (1935-2017), um dos impedimentos para o comportamento criminoso seria a ligação do indivíduo com a sociedade em que vive. Quando essa ligação é enfraquecida ou cortada, aumentam as chances de essa pessoa cometer atos ilícitos. No caso dos chamados psicopatas, o anonimato proporcionado pelas redes na Internet cria uma trincheira de proteção, onde um criminoso pode praticar, livremente, delitos, longe das mãos da lei. Ainda dentro da teoria, a ligação do indivíduo com a sociedade é descrita em três patamares, ou, melhor dizendo, em três graus: o primeiro grau é aquele em que o indivíduo internalizou as normas da sociedade em sua consciência; no segundo grau, o indivíduo realmente se importa com o que a outra pessoa pensa ou sente; e o terceiro grau diz respeito ao contexto em que o indivíduo está comprometido com as buscas normais e objetivos convencionais da vida.

Classificar como psicopatas os manipuladores e criminosos que se utilizam das redes sociais, da Internet, ou de aplicativos para *smartphones* para influenciar o comportamento de outras pessoas, é uma generalização polêmica. Muitos profissionais da psiquiatria e da psicologia divergem em classificar um psicopata como potencial criminoso. Preferem, muitas vezes, usar o termo, sociopata – indivíduo de personalidade psicopatológica, de comportamento antissocial, sem consciência ou senso de responsabilidade moral.

A relação caça-predador encontra no anonimato da Rede as condições ideais para existir. E isso é o que preocupa pais e responsáveis, para quem os especialistas das áreas relacionadas à psicologia garantem que manter uma relação proativa e acompanhar de perto a vida social dos filhos dificulta a possibilidade de eles se envolverem em situações de risco. Dessa maneira, conversar a respeito de assuntos que antes eram evitados e até considerados proibidos é a melhor maneira. Uma série do canal de *streaming Netflix* é um exemplo disso. Em *Os 13 porquês*, ao voltar da escola, Clay Jensen encontra um pacote com seu nome. Nele estão treze fitas cassetes (quem ainda se lembra delas?), nas quais, Hannah Baker, ex-colega e ex-namorada, expõe as 13 razões que a levaram ao suicídio, recentemente. Tema interessante que tem provocado reflexão e discussão na sociedade, as razões pelas quais alguém decide tirar a própria vida têm suscitado novas abordagens para enfrentar o problema. “Na verdade ninguém quer de fato morrer, a pessoa quer se livrar do sofrimento”, explica Gilson de Aguiar, voluntário do Centro de Valorização da Vida (CVV, ver box). Ou pior, muitas vezes existe a vontade de infligir sofrimento nos outros, como forma de vingança. Por isso, a importância de discutir o assunto de forma aberta.

Émile Durkheim, um dos pais da sociologia, em sua monografia *O Suicídio*, aborda as conexões entre indivíduo e sociedade, com o intuito de provar a influência do meio nos

comportamentos humanos. Nesse trabalho, o autor apresenta o conceito de anomia para descrever um estado coletivo de falta de objetivos e de regras, e de perda de identidade, devido às intensas transformações na sociedade contemporânea. Embora descreva uma mazela social da atualidade, o conceito não é novo, foi elaborado por ele há 120 anos e parece aplicar-se, sem reparos, aos dias de hoje. Dessa forma, podemos pensar que o jogo da Baleia Azul se prolifera em um ambiente de anomia tecnologicamente difundida, no qual se propaga o sentimento de descrença nos valores tradicionais da sociedade analógica e a sua substituição pela incerteza, inerente ao momento de constantes mudanças em que vivemos.

Dados oficiais

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada 40 segundos, uma pessoa morre por suicídio em algum lugar do mundo. São mais de 800 mil todos os anos. Para a OMS, o suicídio é um problema de saúde pública não priorizado, que afeta famílias, amigos e comunidades de maneira devastadora, para muito além do episódio que encerrou uma vida. O plano de ação da OMS para o período 2013-2020 é o de reduzir em 10% a taxa de mortalidade entre os países-membros. Poucos países têm a prevenção ao suicídio entre suas prioridades de saúde, apenas 28 afirmam possuir alguma estratégia para enfrentar o problema.



A arte de ouvir

Por Rogerio Lyra

Numa pequena sala comercial no *shopping* Brasília Rádio Center, um homem de meia-idade, de fala serena e ar tranquilo, dispensa quatro horas por semana do seu tempo, há 17 anos, para ouvir os problemas e as aflições de estranhos. Pessoas que procuram alguém para desabafar e chorar suas mágoas e, talvez, em casos mais graves, alguém que possa demovê-las de impulsos autodestrutivos como o suicídio. Além de Gilson Moura de Aguiar, essa é a rotina de dois mil voluntários, nos 76 postos de atendimento espalhados por todo o País, do Centro de Valorização da Vida, ou CVV como é mais conhecido. No ano passado, a ONG atendeu cerca de um milhão e duzentas mil pessoas. Sem fins lucrativos, em atividade desde 1962, o CVV é reconhecido pela eficácia de seu trabalho, que usa métodos simples, onde escutar o outro é o caminho da ajuda.

Psicopedagogo, Gilson é coordenador nacional do Programa de Seleção de Voluntários (PSV) e divulgador local em Brasília. Para ele, o perfil do voluntário deve ser de uma pessoa disposta a ouvir, conversar sem tentar conduzir e, assim, ajudar os que sofrem a encontrarem a própria solução para os seus problemas. “Não damos conselhos. É você que tem que tomar suas decisões, somos apenas facilitadores, nunca impomos nada”, diz Gilson. Utilizando o método chamado Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), ouvindo, pacientemente, as histórias narradas, os voluntários criam as condições para que a pessoa faça uma autoavaliação, onde ela reconhece que precisa de ajuda. “Nessa aceitação, o outro se esvazia, então consegue enxergar direções”, explica.

Quem pensa que só os angustiados e desesperançosos procuram o CVV, engana-se. Gilson conta que muitas pessoas ligam para compartilhar suas alegrias: notícias de casamento, nascimentos de filhos, aprovação no vestibular, em concursos e até a sorte grande de ganhar na loteria. “Nesse tempo todo que estou aqui, eu atendi apenas três tentativas de suicídio”, enfatiza Gilson, que diz que as pessoas ligam, muitas vezes, por se sentirem sozinhas e não terem com quem dividir suas emoções. “Uma vez uma pessoa ligou pra cá e só chorou. Ficou lá chorando, não quis falar. Depois desligou. No dia seguinte, antes de eu sair do plantão, ela voltou a ligar, eu atendi e ela me disse: ‘obrigado por você ter chorado comigo’”.

Com 55 anos de atuação, o CVV é reconhecido como um serviço de utilidade pública, pelo Ministério da Saúde. Também o canal de *streaming* Netflix, be a série *Os 13 Porquês* (*13 Reasons Why*), baseado no



Gilson de Aguiar, voluntário do CVV

livro homônimo de Jay Asher (2007), entrou em contato com a ONG para pedir autorização de disponibilizar os contatos da CVV no final do último capítulo da série. “O suicídio foi e continua sendo um tabu. Mas, hoje, na mídia, já se fala do assunto. Eu acho que você só pode trabalhar um problema se você discute sobre ele”, diz Gilson, que enfatiza, ainda, a importância das campanhas do Setembro Amarelo: “Estamos ganhando um espaço muito grande de discussão, após a instituição do Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio (10 de setembro)”.

Há tanto tempo executando esse trabalho, seria natural uma acomodação nos métodos de abordagem, porém, isso não acontece. Periodicamente, os voluntários passam por cursos de reciclagem, nos quais se atualizam com as novas técnicas e ferramentas de comunicação para o enfrentamento das atuais situações de perigo, por conta, principalmente, do advento da Internet. Além do convencional contato via telefone, quem procura o CVV, pode fazê-lo, 24 horas, todos os dias do ano, pelo *chat* do site da ONG (<http://www.cvv.org.br/>), por *e-mail* e *Skype*, além do atendimento presencial, oferecido em alguns postos do CVV, de segunda a sexta-feira, no horário de 8 às 18h.



Setembro Amarelo

Iniciativa do Centro de Valorização da Vida – CVV, Conselho Federal de Medicina (CFM) e Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), o Setembro Amarelo é uma campanha de conscientização sobre a prevenção do suicídio, com o objetivo direto de alertar a população a respeito da realidade do suicídio no Brasil e no mundo e suas formas de prevenção. Ocorre no mês de setembro, desde 2014, por meio de identificação de locais públicos e particulares com a cor amarela e ampla divulgação de informações.

Impressão Régia

Por Angélica Ricci Camargo
Técnica em Assuntos Culturais do Arquivo Nacional

A Impressão Régia foi estabelecida pelo decreto de 13 de maio de 1808, com a finalidade de se imprimir toda a legislação e os papéis diplomáticos provenientes das repartições reais e quaisquer outras obras. Subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, sua abertura no Brasil representou o fim da proibição de instalação de tipografias, que vigorou durante o período colonial.

Os prelos e tipos que foram utilizados na Impressão Régia vieram para o Brasil junto com a Corte portuguesa, trazidos por Antônio de Araújo de Azevedo, o futuro Conde da Barca, em cuja residência o órgão foi instalado. Inicialmente, o trabalho da tipografia ficou a cargo de alguns fuzileiros e marinheiros, que tinham experiência anterior como tipógrafos, e de José Mariano da Conceição Veloso, que havia trabalhado na Impressão em Portugal e que veio para

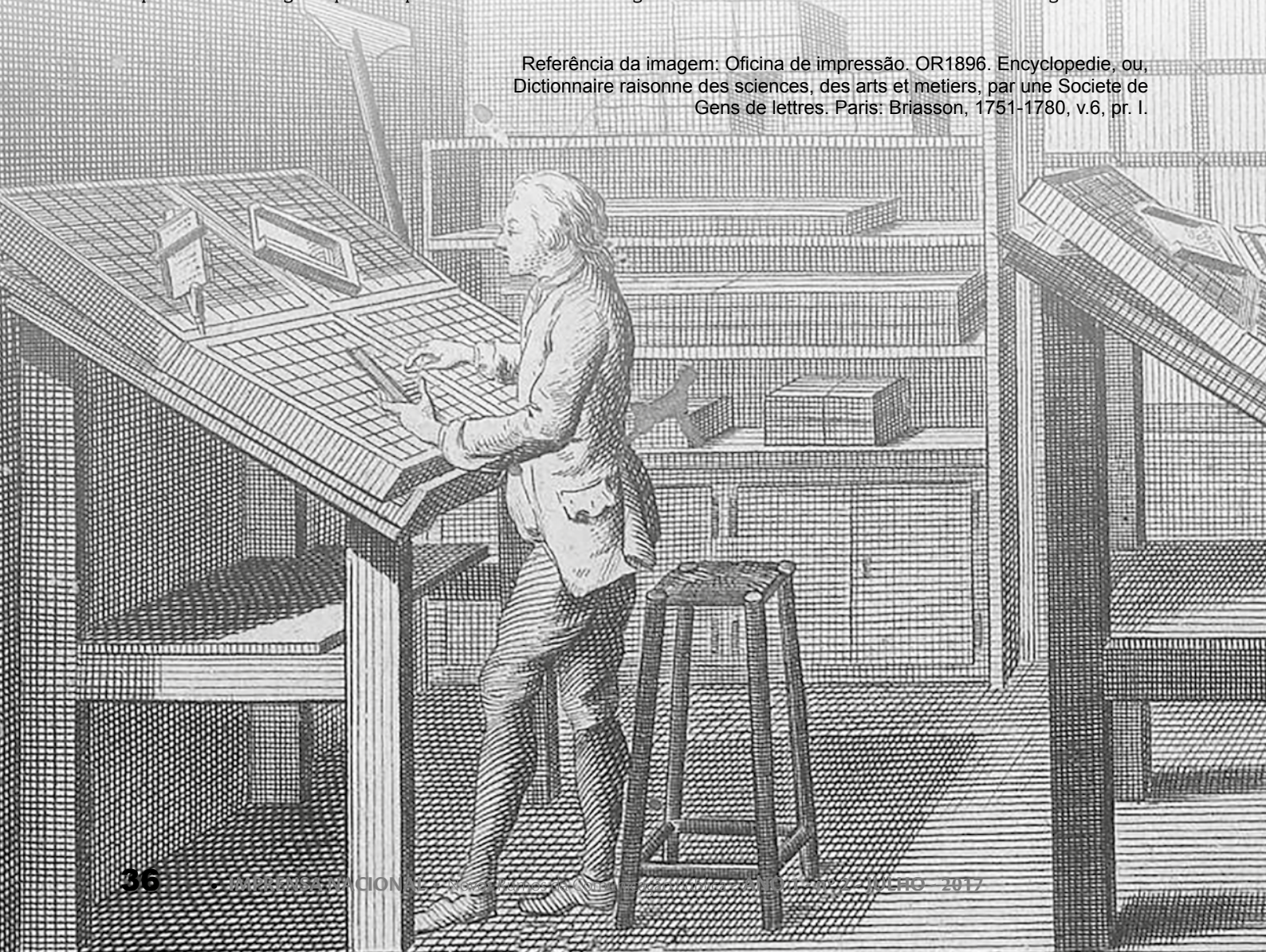
o Brasil acompanhado de dois gravadores: Romão Eloi de Almeida Cazado e Paulo dos Santos Ferreira Souto.

Ainda em 1808, a Decisão nº 17, de 24 de junho, deu um regimento provisório à Impressão Régia e mandou estabelecer uma Junta de Direção, composta por Mariano José Pereira da Fonseca, José Maria da Silva Lisboa, depois Visconde de Cairu, e José Bernardes de Castro. Tal junta possuía diversas atribuições, entre elas fazer inventário dos objetos pertencentes ao órgão, nomear os oficiais necessários e ocupar-se de publicações úteis para a instrução do povo, além de examinar todos os papéis e livros que se mandavam imprimir, proibindo os escritos contra a religião, o governo e os bons costumes, integrando-se, portanto, como parte dos mecanismos da censura régia utilizados no Brasil, dividindo essa tarefa com os censores régios e o intendente

de Polícia. Além da Junta de Direção, a Impressão Régia era composta por um apontador, um escriturário, um tesoureiro, cargo que seria acumulado pelo diretor Mariano José Pereira da Fonseca, e mais oficiais e serventes. Em 1811, a Decisão nº 10, de 6 de fevereiro, regulamentou a admissão de aprendizes.

Apesar das encomendas de particulares e da construção de mais um prelo em 1809, a Impressão Régia passou por problemas financeiros em seu início. Para incrementar suas atividades, o Decreto de 31 de outubro de 1811 incorporou, entre suas funções, a manufatura e venda das cartas de jogar, que eram um privilégio régio, além de integrar à Impressão oficiais utensílios que antes faziam parte da estrutura do Colégio das Fábricas. O Decreto de 17 de fevereiro de 1815 determinou que a agora chamada Real Oficina Tipográfica e a Fábrica de Cartas de Jogar ficassem

Referência da imagem: Oficina de impressão. OR1896. Encyclopedie, ou, Dictionnaire raisonne des sciences, des arts et metiers, par une Societe de Gens de lettres. Paris: Briasson, 1751-1780, v.6, pr. I.



subordinadas ao Erário Régio, sendo inspecionadas pelo próprio presidente do órgão. O mesmo ato acrescentou um membro à Junta de Direção, Silvestre Pinheiro Ferreira, e outros cargos apareceram, como um secretário, um administrador e um almoxarife. Naquele ano, ocorreu, também, a substituição do diretor Mariano José Pereira da Fonseca pelo tenente-coronel José Saturnino da Costa Pereira, lente da Academia Real Militar. Finalmente, em 1821, a Decisão nº 57 mudou o nome do órgão para Tipografia Nacional.

Durante os anos de 1808 a 1821, cerca de mil títulos foram impressos, sem contar os atos governamentais. A primeira publicação da Impressão Régia, no dia em que foi criada, foi a *Relação dos despachos publicados na Corte pelo expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no faustíssimo dia dos anos de S. A. R. o Príncipe Regente N. S. e de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de S. A. R. aos Estados do Brasil até o dito dia*. Além da documentação oficial, a Impressão Régia imprimiu uma grande

variedade de obras a respeito de diversos assuntos, como jurisprudência, história, belas-letas (os elogios aos soberanos e os romances), teologia, ciências e artes e periódicos. Houve, inclusive, a impressão de livros destinados aos cursos de medicina e aos da Academia Real Militar.

Em 1821, uma nova conjuntura, que aliou a regulamentação da imprensa e o fim do monopólio sobre a impressão, realizados pela Coroa, com o aumento na quantidade de encomendas, proporcionou o início do processo de instalação de tipografias particulares no Brasil. Posteriormente, a Lei de 7 de dezembro de 1830 extinguiu a Junta de Direção e deu nova forma à administração da Tipografia Nacional, que passaria ainda por uma grande reformulação por meio da Decisão nº 215, de 30 de abril de 1840.



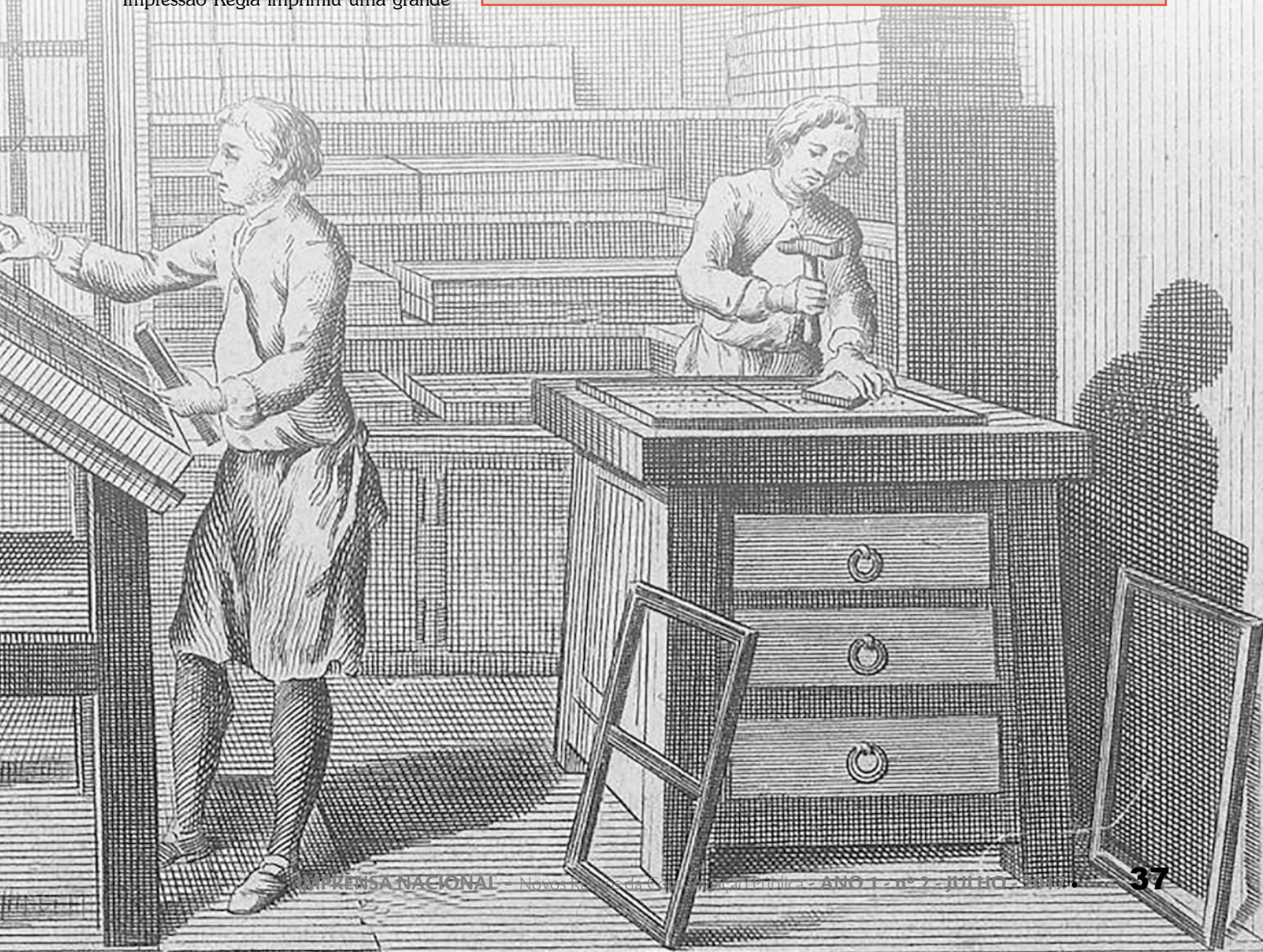
Primeira publicação da Impressão Régia

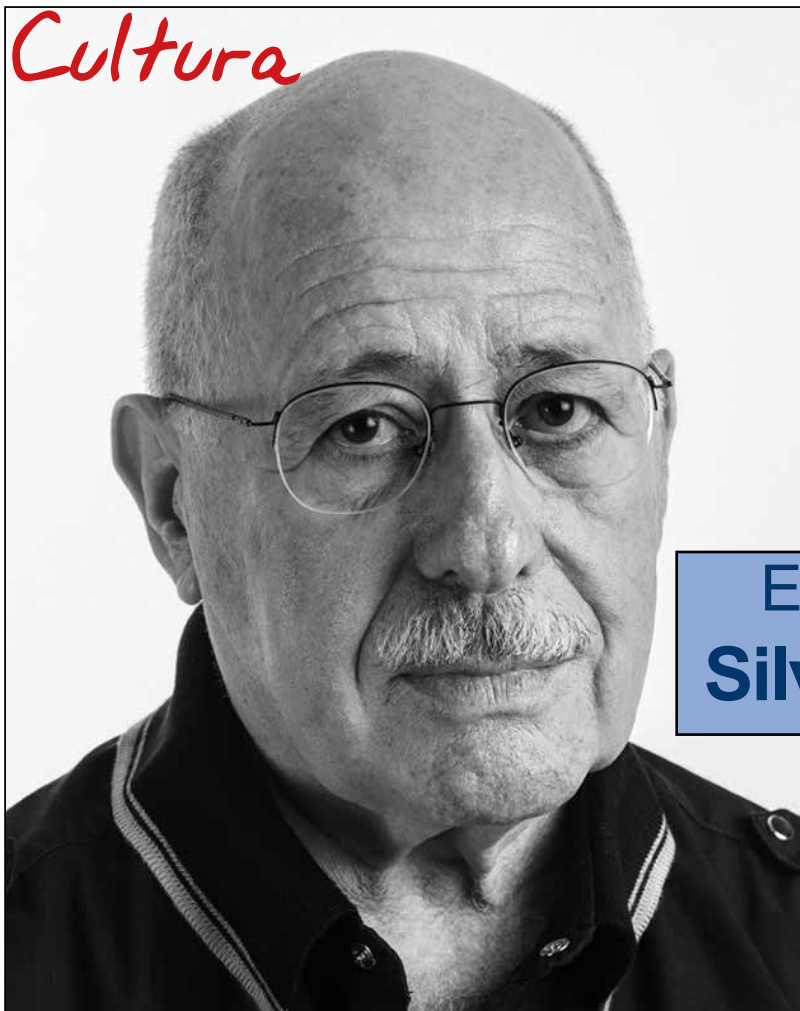
Bibliografia

CABRAL, Alfredo do Valle. Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1821. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.

HALLEWEL, Laurence. O livro no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

(*) Publicado, originalmente, para o Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Colonial, como parte das atividades do Programa de Pesquisa Mapa (Memória da Administração Pública Brasileira), do Arquivo Nacional.





Entrevista com Silviano Santiago

Por Rogério Lyra, Ezequiel Boaventura e
Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Nascido em Formiga, Minas Gerais, em 1936, Silviano Santiago passou a sua adolescência em Belo Horizonte. Hoje, mora no Rio de Janeiro, depois de percorrer, como professor e pesquisador, diversas universidades fora do País. Bacharel em Letras Neolatinas pela UFMG e Doutor em Letras pela *Université de Paris – Sorbonne*, em 1968, Silviano passou pelas Universidades norte-americanas de *Stanford*, *Yale*, *Princeton* e também na Universidade de Toronto, no Canadá. Foi, ainda, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde recebeu o título de Professor Emérito. É Doutor *Honoris Causa* pelas *Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación*, do Chile, e pela *Universidad Tres de Febrero*, na Argentina.

Silviano recebeu vários prêmios durante sua intensa carreira literária: Prêmio Jabuti, nos anos de 1982 e 1993, Prêmio Academia Brasileira de Letras de Ficção e Romance, Teatro e Conto, em 2009, Prêmio Machado de Assis, em 2013, Prêmio Ibero-americano de Letras José Donoso, de 2014, e o Prêmio Oceanos em 2015.

Em 2016, o professor nos brindou com o livro *Machado*, editado pela Companhia das Letras. Nesse seu recente trabalho, Silviano estuda e busca respostas a respeito dos últimos anos de Machado de Assis. Segundo o autor, “esse período foi relativamente desprezado por críticos, biógrafos e historiadores.” O projeto transita entre romance, ensaio e biografia. Nele, Silviano busca as relações entre o drama particular de um escritor solitário, castigado pela epilepsia, e em luto pela morte da mulher, Carolina, inserido em um ambiente literário, cheio de intrigas de um Rio de Janeiro que se modernizava, no período de 1902 a 1906, na administração do prefeito Francisco Pereira Passos.

Para falar acerca do livro, das personagens, do conteúdo, e explicar a obra como um todo, a qual, como ele mesmo definiu, “não é um livro fácil”, Silviano Santiago concedeu entrevista, por telefone, à revista *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública*, de sua casa no Rio de Janeiro, em Ipanema.

**O estilo narrativo utilizado em *Machado* deu um nó “quântico” na cabeça dos principais rese-
nhistas da grande mídia, que classificaram *Ma-
chado* como um misto de ensaio, romance e bio-
grafia. Fale um pouco a respeito.**

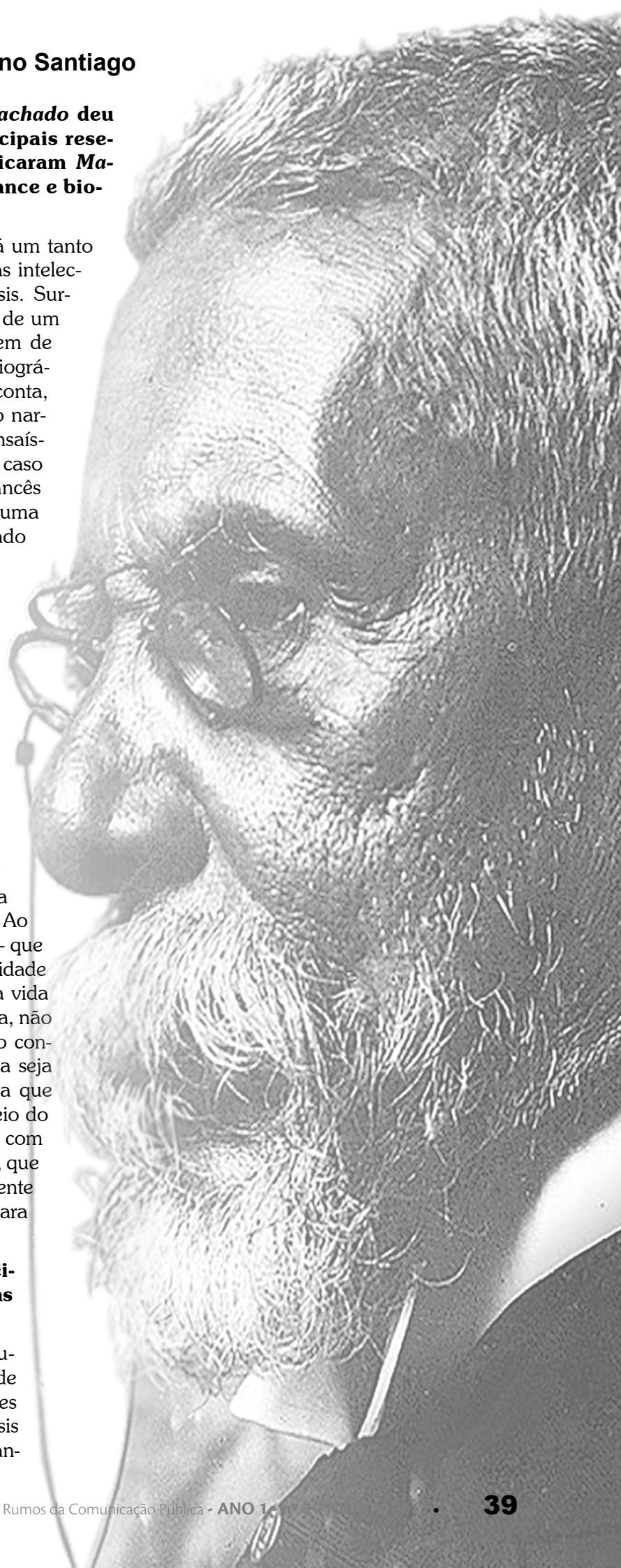
O modelo tradicional de narrativa está um tanto falido quando você trata de grandes figuras intelectuais, como é o caso de Machado de Assis. Surge, então, um gênero híbrido. Ele contém, de um lado, informações biográficas, de outro, tem de dar conta da vida do protagonista, dados biográficos – no caso, Machado de Assis – e dar conta, também, da sua obra, ou seja, ter um lado narrativo, um biográfico e, por fim, um lado ensaístico, porque o interessante, a meu ver, no caso de *Machado*, é aquilo que o pensador francês Michel Foucault chamou de “investigar uma postura enigmática” entre a vida de Machado de Assis e a sua obra.

Machado gostava de inserir detalhes de sua própria vida em seus personagens. Teria sido a afeição de Machado a Mário de Alencar uma transferência ao filho que nunca teve, como em *Memórias póstumas de Brás Cubas*?

Acredito que não. Além de ser antigo leitor de Machado de Assis, escritor e professor universitário, eu tenho muito receio de pensar que a vida do autor esteja refletida na sua obra como se fosse um espelho. Quer dizer, a obra, os protagonistas não são uma imagem secular do espelho, ou do autor. Ao contrário, existe sempre na criação literária – que é o que lhe dá uma dimensão de imortalidade – um processo de estilização. Então, aquela vida que se encontra num romance, conto, poema, não é, *ipsis litteris*, a vida do próprio autor. Pelo contrário, aquela vida é estilizada, para que ela seja representativa do ser humano, de tal forma que qualquer leitor possa ter um diálogo por meio do outro, do protagonista, dos personagens e com ele mesmo. Quer dizer, essa é que é a alegria, que é a graça, o grande encanto disso que a gente chama de leitura da ficção. Você lê a ficção para se conhecer melhor, conhecendo o outro.

Mário de Alencar devotava real afeição a Machado de Assis ou seria apenas interesse que nutria pelo escritor?

De maneira nenhuma. Em primeiro lugar, Mário de Alencar conhecia Machado de Assis desde criança, os pais eram grandes amigos, a amizade entre Machado de Assis e José de Alencar era muito grande. Quan-



do Machado estava vivendo os últimos anos de sua vida, Mário de Alencar esteve ao seu lado e viu nele a figura do próprio pai, porque José de Alencar morreu muito cedo, quando ele ainda era menino. Existiu, a meu ver, mais um processo de transferência, no sentido psicanalítico, do que um jogo de interesses. Essa transferência foi capital para Machado de Assis porque ele vivia um grande momento de solidão. Como todo mundo sabe, ele não era uma figura social de vida intensa, mas, sim, de vida profissional intensa. Logo depois da morte de sua esposa, ele tornou-se uma pessoa extremamente solitária, ali, no alto do Cosme Velho. Então, Mário de Alencar e Machado se aproximam e Mário sente a fragilidade daquele senhor idoso.

As críticas e a rejeição do meio literário a Mário de Alencar tinham embasamento técnico ou eram pura implicância pela amizade que ele mantinha com Machado?

Acho que entrar para a Academia é sempre um reconhecimento. Mas, naquela época, o Brasil era uma sociedade literária, ou seja, a literatura tinha um grande poder na sociedade brasileira. Um poder político, como a gente viu no Modernismo, 20 anos depois. Hoje em dia, a sociedade brasileira já não é mais literária. Hoje, ela se expressa muito mais pelos meios de comunicação de massa do que propriamente pela literatura. Eu não tenho dúvidas de que uma vaga na Academia Brasileira de Letras naquela época era uma questão nacional e, obviamente, havia um gesto de agradecimento de Machado, que é permissível, e até bonito. Por outro lado, havia uma ambição natural de Mário de Alencar, em virtude de o pai ter pertencido à ABL e ser uma grande figura da literatura

brasileira. Infelizmente, a obra de Mário de Alencar deixava a desejar. Ele era um indivíduo impecável, digno da admiração de todos, mas, esteticamente, não chegava àquele ponto ideal; e ele tinha um concorrente muito forte, que era o Domingos Olímpio, autor do romance *Luíza homem*.

Quando trabalhou na *Typografia Nacional* (hoje *Imprensa Nacional*), o diretor era o escritor Manuel Antônio de Almeida. Ele teve alguma influência na obra de Machado de Assis?

Certamente. Mas essa aproximação de Machado com a tipografia, no caso a Imprensa Nacional, foi muito importante para ele conhecer os recursos técnicos e a relação entre o trabalho de tipografia e a literatura. Seria hoje como se aproximar de um estúdio de televisão. Se eu tivesse 18 anos, seria muito bom. Eu iria conhecer aquilo que eu chamo de cozinha daquilo que eu quero fazer. Você vê como funciona. Isso tudo serve de experiência.

É possível traçar o perfil político de Machado de Assis?

Esse ponto é extremamente delicado. Foi mais delicado ainda no ano de 1888. Machado de Assis era mulato e, como todos sabem, naquele ano foi proclamada a Lei Áurea, mas o Brasil não deixou de ser um país que admite a escravidão africana. Machado, muitas vezes, é criticado porque não tomou a linha de frente. Em minha opinião e também de um grande crítico machadiano, o professor inglês John Gledson, é que acontecimento histórico não deve ser compreendido como um ato que transcende o próprio tempo. Nesse sentido, Gledson diz que Machado guarda certa distân-

cia para que ele possa ser mais crítico em relação ao acontecimento. Esse olhar de Machado é um olhar enviesado a respeito do real. Não é um olhar direto, como o de José do Patrocínio, que o critica muito por não tomar uma atitude direta, de não ser um ativista. Machado tem de ser compreendido por outra perspectiva, ou seja, como aquela pessoa que guarda certa distância. Naquele momento, o Rio de Janeiro estava sendo modernizado, mas essa modernização empurrou a classe pobre para os morros, criando, depois, para o Rio o maior problema, que são as favelas. Esse ativismo, sim, interessava a Machado, ele tinha uma visão muito mais ampla. Muito antes de soltar foguetes por uma coisa que é passageira. Na verdade, nós conhecemos a situação dos descendentes de africanos no Brasil e nos Estados Unidos. No entanto, sabemos que, apesar de a Lei Áurea ter sido extremamente importante por acabar com uma situação injusta, por outro lado, não resolveu o problema da condição social, humana e econômica dos descendentes de africanos.

Ser um escritor de língua portuguesa atrapalhou a divulgação da obra de Machado?

Claro. É um problema básico. É um problema da língua portuguesa, que é única entre os países da América Latina. Eu tive uma experiência muito grande no exterior. Lá, você percebe que existem ligações subterrâneas muito fortes entre a Argentina e o Novo México (EUA), porque todos falam em espanhol. Se você estiver interessado no México, você acaba aprendendo espanhol, que pode te ajudar a compreender um colombiano como Gabriel García Márquez, ou vai te ajudar a ler e compre-

ender um argentino como Jorge Luis Borges. Então, você passa a ter um repertório multinacional. No caso da língua portuguesa, você tinha um repertório, tradicionalmente, binacional, entre Portugal e Brasil. Hoje, você tem um repertório ampliado para países de língua portuguesa na África que, salvo engano, não chegam a oito. Essa peculiaridade da língua portuguesa impede e dificulta a disseminação da produção fonética e escrita no estrangeiro. Mas veja você, no caso das artes plásticas, esse fenômeno não acontece, pois a linguagem é outra. Artistas plásticos como Lygia Clark, Hélio Oiticica, Adriana Varejão, são extremamente conhecidos mundo afora. Sem nenhum problema. Os museus americanos exibem Hélio Oiticica e Lygia Clark com certa frequência. Agora, a literatura tem essa barreira que é a fonética.

Com média de três livros lidos por ano, o brasileiro lê pouco. Quais iniciativas a sociedade, o governo e os editores podem fazer para aumentar o índice de leitura no Brasil?

Acho que não será por leis ou exigências curriculares que esse problema será resolvido. Existe um desequilíbrio muito grande naquilo que podemos chamar de vida cultural brasileira. O país se modernizou no século XX, mas, neste século, a dominância nos meios culturais não é a palavra, mas a imagem. Eu próprio cresci lendo gibi, histórias em quadrinhos, vendo cinema e por volta dos sete, nove anos de idade, eu decidi tomar uma atitude na minha vida e escolhi a literatura. Mas comecei a ler bons livros já muito tarde, com 15, 16 anos. O ideal seria ter começado quando tinha sete.

Como tem sido a receptividade do livro *Machado*?

Tive uma grande surpresa com o público em geral. Não é um livro fácil. No entanto, antes mesmo de seis meses, o livro já está na terceira edição. É um trabalho que tenta dar conta de um período difícil da nossa nacionalidade. Dar conta de um escritor extraordinário e trazer novos questionamentos, como a doença de Machado de Assis. Eu estava muito preocupado com a receptividade por parte da sociedade, porque é um tabu você abordar o tema da epilepsia. Mas eu pesquisei muito e tive o cuidado de não transformar o livro num conteúdo sensacionalista. Pelo contrário, mostrei como era vista a doença naquela época e como era o seu tratamento. Também me agradou que figuras de grande porte do meio intelectual escreveram muito bem a respeito do livro.

Existe algum projeto que o senhor poderia adiantar para os nossos leitores?

Há um projeto bastante concreto de um livro, que é uma leitura que eu fiz a respeito de João Guimarães Rosa, acerca de *Grande sertão veredas*. Chama-se *Genealogia da ferocidade*. Não é uma obra tipo Machado, é um ensaio literário e nele eu proponho uma nova leitura de *Grande sertão veredas*. Que não por coincidência foi publicado no mesmo ano (1956) em que começou a construção de Brasília. Então, tentei mostrar que, muitas vezes, nesses processos rápidos de modernização, o romancista, o artista, toma uma posição crítica, falando exatamente do oposto, que seria aquele enclave ainda feroz do Alto São Francisco. Eu vejo *Grande sertão veredas* como uma alegoria do Brasil que se moderniza, assim como a obra de Machado de Assis é, também, uma alegoria do Brasil que se modernizava durante a construção da Avenida Central do Rio de Janeiro.



ATENÇÃO PARA OS NOVOS VALORES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA IMPRENSA NACIONAL

CENTÍMETRO DE COLUNA PARA PUBLICAÇÃO

R\$ 33,04

ASSINATURAS

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - ENTREGA NO DISTRITO FEDERAL (R\$)

PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	49,00	23,00	65,00
TRIMESTRAL	146,00	69,00	196,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - ENTREGA NOS DEMAIS ESTADOS (R\$)

PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	97,00	72,00	116,00
TRIMESTRAL	292,00	215,00	347,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO ELETRÔNICO (R\$)

PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	38,00	38,00	38,00
TRIMESTRAL	113,00	113,00	113,00
SEMESTRAL	226,00	226,00	226,00
ANUAL	452,00	452,00	452,00

O reajuste nos preços cobrados pelo centímetro de publicação e pela comercialização de exemplares e assinaturas do Diário Oficial da União, fixado pela Portaria nº 20, de 1º/2/2017, visa corrigir em parte a defasagem dos valores praticados pela Imprensa Nacional desde 2008.



Compromisso com o planeta

Por Ezequiel Boaventura e Rogerio Lyra

A adoção de uma agenda ambiental, com ações e práticas sustentáveis, tem sido uma tendência entre empresas do setor privado, que agregam, assim, valor à sua imagem. O aumento de agressões ao meio ambiente e a exaustão dos recursos naturais têm feito a sociedade exigir também dos agentes públicos o comprometimento com a sustentabilidade. Nesse setor, um divisor de águas aconteceu em 1999, com a iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao criar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), cujo objetivo é implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais dos órgãos públicos do País, estimulando e melhorando a qualidade dos serviços, bem como as condições de trabalho dos servidores.

O conceito de responsabilidade socioambiental pode variar, porém, o adotado pela A3P baseia-se em três pilares: o social, o ambiental e o econômico. Desde a década de 1980 práticas e ações socioambientais vêm sendo propostas e adotadas por muitas empresas privadas e organizações não governamentais. No setor público, a adoção de uma agenda sustentável pode envolver todos os agentes sociais com os quais as instituições públicas intera-

gem: trabalhadores, consumidores, cidadãos, investidores, empresas, organizações e comunidade em geral.

Por ser voluntária a adesão à A3P pelos órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, há uma flexibilidade de customização, ou seja, o órgão interessado em aderir constrói sua própria agenda, dentro

das suas particularidades, necessidades e condições, não havendo uma fiscalização ou auditoria periódica do órgão emissor da A3P, o MMA. “Por essas características a A3P tem conseguido que mais órgãos queiram aderir à agenda”, diz Dioclécio Luz, gerente do projeto da A3P.



Fotos: Letícia de Sá

MEIO AMBIENTE - Compromisso com o planeta

Hoje, 165 órgãos federais, estaduais, municipais e fundações já adotaram a A3P. Essas instituições recebem do MMA o apoio técnico para implantação da agenda. São oferecidos cursos de capacitação, eventos e conteúdo didático gratuito. O monitoramento e a supervisão do programa são feitos pelo Sistema Virtual de Monitoramento de Gestão Socioambiental (ResSoa).

Prêmio A3P

Desde 2009, o MMA concede o Prêmio Melhores Práticas da A3P aos participantes que se destacaram no ano anterior. A premiação tem como objetivo divulgar as mais bem-sucedidas iniciativas, bem como incentivar a adesão de novos participantes à agenda. Até o ano passado (2016), 68 projetos de todo o País já foram premiados.

Nesse período, mais de 10 mil pessoas receberam treinamento para atuar em projetos ambientais, 200 toneladas de resíduos tiveram tratamento adequado e mais de 60 mil mudas plantadas. A 6ª Edição do Prêmio A3p de 2016 recebeu 90 inscrições de vários estados da União. O A3p está em consonância com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, ver box abaixo) da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecidos na conferência Rio + 20, realizada em junho de 2012, na Cidade do Rio de Janeiro.

Um mundo melhor

Se a maioria das 193 nações cumprirem pelo menos algumas dos ODS, estabelecidos na Rio+20, em 13 anos, até a próxima conferência, os mais de sete

bilhões de habitantes do planeta Terra viverão em um mundo melhor. A Agenda 2030, criada pela ONU, é uma declaração dos 17 ODS, suas 169 metas e os meios para a implantação, com parcerias globais. Tudo isso dentro de um roteiro para o acompanhamento, por meio de indicadores, para possíveis revisões. Todos os ODS são integrados e indivisíveis e abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, todos deverão ser alcançados até 2030. Para acompanhar o progresso e a implementação da Agenda 2030, os interessados devem acessar o site www.agenda2030.com.br, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, lá podem ser baixados, em formato PDF, relatórios, indicadores e outros documentos para consulta.

Os 17 ODS:

1° Erradicação da pobreza, **2°** Fome zero e agricultura sustentável, **3°** Saúde e bem-estar, **4°** Educação de qualidade, **5°** Igualdade de gênero, **6°** Água potável e saneamento, **7°** Energia acessível e limpa, **8°** Trabalho decente e crescimento econômico, **9°** Indústria, inovação e infraestrutura, **10°** Redução das desigualdades, **11°** Cidades e comunidades sustentáveis, **12°** Consumo e produção sustentáveis, **13°** Ação contra a mudança global do clima, **14°** Vida na água, **15°** Vida terrestre, **16°** Paz, justiça e instituições eficazes, **17°** Parcerias e meios de implementação.



Tem que ser selado

Por Rogerio Lyra

“O Plunct, Plact, Zuum, não vai a lugar nenhum. Tem que ser selado, registrado, carimbado, avaliado, rotulado se quiser voar...” Assim cantava o eterno maluco beleza Raul Seixas em um programa infantil exibido, por uma emissora de TV, no longínquo ano de 1983. A música era uma crítica ao excesso de burocracia existente em nosso país e às exigências de tantos certificados que nos sugam tempo e dinheiro. Hoje, porém, há uma espécie de certificação e de selo que as empresas do setor privado aceitam de bom

grado e os consumidores de produtos e serviços, preocupados com o meio ambiente, exigem: os selos e as certificações ambientais.

Esses selos de certificação são a garantia de que os produtos e serviços adquiridos pelos consumidores seguem as normas e práticas ambientais estabelecidas pelos órgãos certificadores. Dessa forma, as empresas, organizações e demais instituições que portem esses selos agregam valor à sua imagem, aumentando a confiança do mercado e, muitas vezes, o faturamento.

Conheça os principais selos “verdes” do mercado:

Selo-Ecocert



O selo Ecocert certifica produtos e serviços vegetarianos, produtos orgânicos e insumos. Para receber esse selo, é necessário ter 95% de ingredientes orgânicos nos alimentos processados.

Os cosméticos devem ter pelo menos 95% de ingredientes vegetais e 95% desses ingredientes devem ser orgânicos certificados. Nos cosméticos naturais, 50% dos insumos vegetais devem ser orgânicos. A certificação, também, leva em consideração o comércio justo, o bem-estar dos animais e a responsabilidade socioambiental da empresa.



Selo-FSC

O FSC – *Forest Stewardship Council* certifica empreendimentos ou produtos de origem florestal. Para isso, é necessário o cumprimento de requisitos ambientais, econômicos e sociais, por parte do produto ou serviço. A origem é controlada, sob o ponto de vista do respeito ecológico e das leis socioambientais, dos direitos indígenas e da regularização fundiária.



Selo-IBD

O selo do IBD – Instituto Biodinâmico avaliza produtos de limpeza, cosméticos, alimentos e algodão orgânico. Faz a inspeção e certificação agropecuária e do processamento de produtos extrativistas, orgânicos e biodinâmicos. Também confere as práticas de mercado justo (*fair trade*) adotadas. Zela pela obediência ao Código Florestal Brasileiro e às leis trabalhistas. Os produtos

devem ter pelo menos 95% de ingredientes orgânicos certificados, desconsiderados a água e o sal.



Selo-GBCB

A certificação de edificações do *Green Building Council Brasil* visa a promover a indústria de construção sustentável no Brasil, com a divulgação das melhores práticas de edificações. O GBC foi criado em 2007 e conta com a parceria de 800 empresas as-

sociadas. Todas engajadas no mercado da construção sustentável, adotando práticas de construção verde em suas instalações, ou oferecendo soluções e serviços ambientalmente eficientes.



Selo-Processo-AQUA

O Processo AQUA é um certificado brasileiro de construções sustentáveis. Por ser nacional, é adaptado às particularidades do País. Exigem resultados de desempenho, não prescrevendo soluções de projeto preconcebidas. Utilizam-se 14 critérios de análise (da gestão da obra ao seu funcionamento posterior).



Selo-Procel

O Selo Procel de Economia de Energia tem por objetivo informar aos consumidores quais são os equipamentos e eletrodomésticos, disponíveis no mercado, mais eficientes e com menor consumo de energia. O Procel é um programa do Governo Federal executado pela Eletrobrás em parceria com o Inmetro.



Selo-ABNT

Rótulo Ecológico ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a representante no Brasil da *International Standardization Organization*, mas conhecida por ISO, foi fundada em 1947, em Genebra, na Suíça. Atua como uma federação que congrega outras organizações si-

milares em todo o mundo. Desde 1995, a ABNT fornece esse selo. Trata-se de uma certificação voluntária de produtos e serviços. Essa certificação considera o ciclo de vida dos produtos, com o objetivo de redução dos impactos negativos causados ao meio ambiente, em todas as suas etapas: extração de recursos, fabricação, distribuição, utilização e descarte.



Selo-Imaflora

IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola. Certifica produtos agrícolas, frutas, café, cacau, chás, dentre outros. O instituto é o representante brasileiro da Rede Agricultura Sustentável (RAS)

ou *Sustainable Agriculture Network* (SAN, na sigla em inglês). O famoso selo da rãzinha verde define os critérios de desempenho socioambiental e econômicos na avaliação da produção agrícola. Também leva em conta o respeito à biodiversidade e aos trabalhadores rurais envolvidos no processo.

Machado, rogai por nós!

Por José Edmar Gomes

Jornalista e servidor aposentado da Imprensa Nacional

O incomensurável valor dos livros e do que se imprimiu em papel faz, em certas circunstâncias, a tecnologia parecer uma intrusa a destruir o ritmo da vida, até ontem contada na fila da quitanda, pela mulher da janela ou pela folha que comprava na banca. Pela revista *O Cruzeiro*, pelo *Repórter Esso*, *Realidade* e outros veículos do gênero, que deram lugar à indefectível mídia eletrônica, essa “nave incandescente” que tensiona nossos neurônios, como se fosse uma permanente descarga de eletrochoques. Dito assim, com essa carga de amargura, parece que estamos vivendo tempos apocalípticos. E o estamos, ousado dizer. Se assim não fora, a profusão de novas engenhocas e redes sociais que amalgama a rotina das pessoas, deste século XXI, não nos fariamos tão abilolados, ou talvez piegas, aos olhos e sentidos de alguém que nascera há apenas dois pares de décadas; quanto mais àqueles que viveram na Terra há mais de um século e, hoje, veem o mundo a partir da tela do tempo. Algo permitido a espíritos evoluídos, como o de um certo Joaquim Maria Machado de Assis.

É certo que o mundo vá adiante, independentemente da carga de nostalgia que nos move para trás. É certo, também, que a tecnologia é necessária à evolução da humanidade, assim como o homem dependeria da reencarnação para compreender a própria vida e o que dissera Cristo, como ensinam os kardecistas.

Assim como precisaríamos subir a escala da evolução para compreendermos o que foi escrito há milhares de anos, precisamos direcionar a nova energia que circula pelas redes ópticas e a própria tecnologia para fins mais elevados e construtivos. Energia e conhecimentos movem o mundo. Coloquemo-lo nos trilhos, pois.

As tais circunstâncias a que me referi lá em cima, e que nos mostram o ainda incomensurável, repito, valor dos livros, demonstram que mentes geniais transcendem o tempo ou o param

(como diria Einstein), não por capricho, mas por conexão com o futuro, como sói acontecer.

Considerando os gênios portadores da mais sagrada energia do bem e os livros como tesouros da humanidade, é que invoco o nosso bom e velho Machado. Espírito iluminado que pontificou nesta nave de aspersão de conhecimento, que é a Imprensa Nacional (IN), há mais de “dous” séculos.

Ele, quando se candidatou a aprendiz de tipógrafo, em 1856, – contou o então ministro da Justiça, Paulo Brossard, no dia do lançamento do *Caderno Cultural da IN*, ali no Auditório Dom João VI

– impressionara o diretor da Casa porque “trazia os bolsos cheios de livros”. Escritor aclamado, Machado voltaria à Tipografia Nacional em 1867/74 como adjunto do diretor e, como tal, empregava o que hoje se nos apresenta como forma de redação digital nas suas correspondências.

Missivista afetuoso e contumaz, o Bruxo do Cosme Velho mantinha o texto elegante e preciso ao se dirigir aos amigos, à amada Carolina e às autoridades. Mas, ainda que elegante e sintaticamente preciso, ele parecia abusar das abreviações. Mas, qual o quê! Certamente, era para ganhar tempo na sua apoquentada rotina, que incluía o expediente na repartição pública da vez, artigos para jornais e revistas, peças teatrais, traduções e as tantas obras-primas que conhecemos.

Tenho em mãos um exemplar de *Correspondência* (Obras completas, Machado de Assis, Editora Globo S.A. – 1997), que reúne bilhetes e cartas do Encantador de Palavras, de 1868 a 1908. Nos quais é possível encontrar frases redigidas assim: ...*Sou, com a maior consideração e apreço. De V. Ex^a ad^or col^a e obr^o*, finalizando bilhete, datado de 3 de outubro de 1898, em que admoesta Rui Barbosa por não comparecer à sessão da ABL, que elegeu o Barão do Rio Branco para suceder o conselheiro Pereira da Silva.

Ou assim: *Minha querida C. – Recebi ontem duas cartas tuas, depois de dous dias de espera. Calcula o prazer que tive, como as li, reli e beijei! A m^a tristeza converteu-se em súbita alegria. ...*, em 2 de março de 1868/9, expressando sua paixão, em arroubos juvenis, pela cachopa Carolina, dentre outros exemplos.

O nosso bom e velho Machado não precisou viver os extremados dias de hoje para empregar uma linguagem rápida, porém objetiva, na correspondência pública e particular. Muito diferente da de certos ofícios, memorandos, decretos, leis..., dos quais não entendemos bulhufas e dependemos de especialistas para decifrá-los, sempre de maneira oposta, o que gera discórdia, fundamentalismo e até guerras. A coisa mais se agrava, quando a internet – democrática, sem dúvida – se torna uma babel de todos e de todas as linguagens.

Ave, Machado! Bruxo do Cosme Velho, mágico de A a Z, rogai por nós!



PRONAF

Programa Nacional de Fortalecimento
da Agricultura Familiar

R\$ 30 bilhões

para o crédito rural | juros a partir de 2,5% a.a.

Juros mais baixos e garantia de preços
para estímulo à produção de alimentos
que chegam à mesa dos brasileiros

Sead Secretaria Especial de
Agricultura Familiar e do
Desenvolvimento Agrário

Saiba mais em: mda.gov.br



SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL



MARINONI

Pioneira, essa rotativa imprimiu, em 21 de abril de 1960, a “certidão de nascimento” de Brasília: a 1ª edição do **Diário Oficial da União** na nova Capital.

